



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 008/2026

CONCORRÊNCIA Nº 002/2026

REGIDO PELA LEI Nº PELA LEI 14.133/2021, BEM COMO PELA E LEI
COMPLEMENTAR Nº 123/06 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS A PARTIR DO DIA 09 de fevereiro de 2026.

A ABERTURA DAS PROPOSTAS E CESSÃO ELETRÔNICA: 27 de fevereiro de 2026 as 09h00.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília.

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITANET – www.licitanet.com.br

ATO Nº 199/2025 DE 06 DE JUNHO DE 2025: Agente de contratação Oficial Natalia Cristina

Soares

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$: 400.426,76 (Quatrocentos mil, quatrocentos e vinte e seis reais e setenta e seis centavos).

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO/FECHADO

ESCLARECIMENTOS: Diretamente pela plataforma de licitações – www.licitanet.com.br >
edital PE 002/2026.

> esclarecimentos. Telefones: (33) 3450-0928

Horário de funcionamento: 08h00min. às 11h00min e de 13h00min às 16h00.



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

1- PREÂMBULO

1.1- **PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DE GUANHÃES/MG**, através do Setor de Licitações e Compras - situada à Rua Castro Alves nº 29 centro , nesta cidade de Dolores de Guanhanes – MG, realizará a Licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, Critério de Julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, regime de execução **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, para atender demanda da Secretaria de Educação , Unidade Gestora Requisitante, responsável pela elaboração e instrução do processo licitatório com os documentos da fase de planejamento, conforme Lei Federal nº 14.133/2021.

1.2- Os trabalhos serão conduzidos pelo Sr.(a) Natalia Cristina Soares, Pregoeira oficial, designada pelo Ato nº 0199/2025, e pela Equipe de Apoio, integrada por: Crislaine Ferreira Souza, Alessandra Aparecida Santos Souza, Luciana Rosa Madureira Souza, Natalia Paula Barbosa Fernandes designados através do Ato nº 199/2025, anexado aos autos do procedimento e regido pelas Lei nº 14.133/21, Lei Complementar nº 123/06, Decreto Municipal nº 08/2023, Decreto Municipal nº 17/2024 e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital.

1.2. O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal Dolores Guanhanes, através do endereço eletrônico <http://www.doresdeguanhaes.mg.gov.br> , na Plataforma de Licitações Licitanet, através do endereço eletrônico www.licitanet.com.br e também no prédio sede da Prefeitura Municipal de Dolores de Guanhanes, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.

1.3 - Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretendentes licitantes no endereço eletrônico www.licitanet.com.br, bem como, no site da Prefeitura Municipal de Dolores de Guanhanes e <http://www.doresdeguanhaes.mg.gov.br>.

1.4 - A Administração não se responsabilizará caso o pretendente licitante não acesse o e- mail informado ou não visualize a alteração no Site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

2. DO OBJETO

2.1 Constitui objeto do presente Edital a seleção de sociedade empresária objetivando a contratação de empresa especializada: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS REMANESCENTES E DE FINALIZAÇÃO DA OBRA DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ BUENO BRUZZI – SEGUNDO ENDEREÇO, LOCALIZADA NA COMUNIDADE VILA ESPERANÇA, NO MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES/MG**, tendo como referência projetos e planilha orçamentária, conforme condições descritas nos Anexos que integram este Edital.

2.2 Os serviços referentes à execução do objeto deverão ser executados de segunda à sexta feira, das 7:00h às 17:00h.

2.3 A execução de serviços noturna e aos finais de semana e feriados deverão ser formalmente aceitas pela fiscalização técnica do contrato.



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

2.4 Os serviços estão amplamente detalhados nos projetos de engenharia/arquitetura e os memoriais descritivos constantes do Termo de Referência, Anexo II.

2.5 A execução da obra deverá seguir o cronograma físico financeiro apresentado junto à proposta.

2.6 O não cumprimento do cronograma estará sujeito a penalidades junto à Contratada;

2.7 A Contratada poderá solicitar repactuação do cronograma, no prazo mínimo de 15 dias, podendo o mesmo ser acatada ou não pela Prefeitura de Dores de Guanhanes.

3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.

3.1 – Poderão participar desta CONCORRÊNCIA as empresas legalmente constituídas e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital e seus Anexos.

3.2 – Não poderão participar do presente certame a empresa:

3.2.1 – Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;

3.2.2 – Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.2.3 – Empresa impedida de licitar e contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;

3.2.4 – Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998;

3.2.5 – Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992;

3.2.6 - Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, §1º, da Lei n.º 14.133/2021;

3.2.6.1 - Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º §1º, da Lei n.º 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

3.2.7 – Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

3.2.8 - Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste CONCORRÊNCIA;

3.2.9 - Empresa que se encontre em processo de dissolução ou falência;

3.2.10 - Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.3 – Os licitantes deverão estar previamente cadastrados na plataforma de licitações, o qual poderá ser realizado em www.licitanet.com.br.

3.4 - A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

4.1 - Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Ato Convocatório deste CONCORRÊNCIA, devendo protocolizar o pedido diretamente pelo site www.licitanet.com.br, no local específico dentro do processo licitatório em análise - cabendo ao AGENTE DE CONTRATAÇÃO(A) decidir sobre a petição no prazo de 03(três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.1.1 - Caso seja acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do Certame.

4.2 - Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública da CONCORRÊNCIA, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

4.3 - A impugnação feita tempestivamente pelo proponente/licitante não o impedirá de participar do Certame.

4 DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio das propostas.

4.1.1 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto neste Edital

4.1.2 Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pela licitante mais bem classificado após o encerramento do envio de lances no prazo definido pelo Comissão, de no máximo 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado.

4.1.2 Todos os documentos de habilitação poderão ser apresentados com autenticação eletrônica, pdf's originais dos órgãos emissores ou ainda cópias simples em formato "pdf". Caso haja dúvidas durante a sessão quanto aos documentos inseridos, serão utilizadas as diligências necessárias para sanar possíveis dúvidas de sua autenticidade ([Art. 64, da Lei 14.133/2021](#)).

4.1.3 As licitantes deverão encaminhar/anexar, via sistema, os documentos de habilitação exigidos pelo Edital, sob pena de inabilitação.

4.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC no 123, de 2006.



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

4.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da CONCORRÊNCIA, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

4.6 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.7 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5- DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 A Proposta de Preços deverá ser apresentada em formato digital (PDF), redigida em linguagem clara, devidamente assinada por representante legal da proponente e outra com textos em Word e planilhas em Excel. Ambas as vias deverão conter:

5.2 Carta de apresentação da Proposta de Preços, em papel timbrado da empresa, indicando, em algarismos e por extenso, de forma clara e visível, o valor total proposto para a obra.

5.3 Orçamento detalhado dos serviços, indicando as quantidades a executar, com respectivos preços unitários propostos, que deverão ser grafados em algarismos numéricos. Nos preços ofertados, deverão estar inclusos todos os insumos, impostos, taxas, encargos sociais, custos e remuneração da sociedade empresária.

5.4 Planilha com detalhamento dos BDI's.

5.5 Cronogramas físico e financeiro, em dias corridos e consecutivos, permitindo-se o prazo máximo de execução das etapas previstas no cronograma.

5.6 Declaração de que o licitante se obriga a manter a proposta pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a contar da data de apresentação, para fins de julgamento e de contratação, com indicação do número da conta corrente, do banco e da agência onde mantém movimentação financeira.

5.7 Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste Termo de Referência, sejam omissas ou que apresentem irregularidades insanáveis, bem como aquelas manifestamente inexequíveis, presumindo-se como tais, as que contiverem valores irrisórios ou excessivos, ou aquelas que ofertarem alternativas.

5.8 Não serão aceitas propostas com ofertas não previstas neste Termo de Referência, nem preços ou vantagens baseados nas ofertas das demais proponentes.

5.9 Todas as tarefas ou fornecimentos descritos neste Termo de Referência, não serão objeto de pagamento específico, devendo seus custos serem absorvidos pelos valores ofertados pela proponente.



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

5.10 DAS PROPOSTAS INEXEQUÍVEIS: (ATENÇÃO)!

5.10.1 Conforme art. 59, §4º, da Lei 14.133/21 (NLLC), proposta finais inferiores a 75% (setenta e cinco por cento), do valor de referência, terão presunção relativa de inexequibilidade. Cabendo ao agente de contratações, abrir diligência para comprovar se o Fornecedor terá condições de cumprir/executar o contrato com o valor final ofertado.

5.10.2 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pelo Município, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.

5.10.3 Em caso de proposta presumidamente inexequíveis, caberá ao Agente de Contratação (ou equivalente), promover as seguintes diligências, solicitando:

- a) Apresentação da estrutura de custos;
- b) Se a Empresa já praticou com preços ofertados (ou descontos) com outro órgão público ou privado e cumpriu integralmente o contrato;
- c) Apresentação de outros detalhamentos que possam comprovar a exequibilidade, como: notas fiscais de aquisição dos insumos; valor da mão de obra com demonstração da GFIP, dentre outros elementos de comprovação.

5.10.4 Poderá o Licitante interessado, apresenta desde já, em sua proposta inicial e juntamente com os documentos de habilitação, os documentos dos itens 5.10, a fim de que, em caso de proposta presumidamente inexequível, possa o agente de contratação (ou equivalente), proceder com a análise imediata e classificação de sua proposta.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no TERMO DE REFERÊNCIA.

6.3 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.4 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre O Agente de Contratação e os licitantes. O Chat de mensagem, a critério do Agente de Contratação poderá ficar inativo ou ativo conforme o caso e necessidade.



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

6.8 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.9 A disputa ocorrerá pelo valor **GLOBAL DA OBRA**.

6.10 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.11 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.12 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 10,00 (dez reais).

6.13 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.14 Será adotado para o envio de lances na CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA o modo de disputa “ABERTO/FECHADO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.15 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado e estabelecido no item “5.14”, observando-se o seguinte:

6.15.1 Caso seja adotado para o envio de lances na CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA o modo de disputa “**ABERTO E FECHADO**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.15.1.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.15.1.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.15.1.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.15.1.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.15.1.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15.2 Caso seja adotado para o envio de lances na CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.15.2.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.15.3., poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.15.2.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.15.2.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.15.2.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.15.2.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.15.2.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.15.3 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15.4 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15.5 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15.6 No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do(a) Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15.7 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.15.8 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.15.9 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. Identificadas as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, proceder-se-á a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº](#)



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

[123, de 2006](#), conforme regulamento específico.

6.15.10 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.15.11 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.15.12 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.15.13 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.15.14 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.15.15 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem: (a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação; (b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei; (c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; (d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.15.16 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por: (a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize; (b) empresas brasileiras; (c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; (d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.15.17 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.15.18 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.15.19 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

licitantes.

6.15.20 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.15.21 O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. O prazo aqui definido poderá ser ampliado conforme o caso desde que motivadamente justificado nos autos do processo.

6.15.22 Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.15.23 Nos casos em que se verificarem ofertas manifestamente inferiores a uma realidade de mercado, sendo esses **valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração**, passivos de serem declarados INEXEQUÍVEIS, o licitante será obrigado a apresentar **planilha de custo detalhada** que comprove a capacidade de entrega no último valor apresentado, sob pena de decair do direito a adjudicação do objeto lícitado.

6.15.24. Não serão aceitos preços com a incapacidade de comprovação de exequibilidade, sendo a licitante responsável pelos seus atos, tornando-se passiva das penalidades cabíveis nos casos em que forem constatadas reduções nos preços que impossibilite a Administração de alcançar a aquisição do objeto lícitado.

6.16 Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

(a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

(b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.17 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.18 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.19 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os termos deste edital.

6.20 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

6.21 Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.21.1 conter vícios insanáveis;

6.21.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no TERMO DE REFERÊNCIA;

6.21.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.21.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.21.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.22 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) a do valor orçado pela Administração.

6.22.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

6.22.1.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.22.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.23 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.23.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.23.2 No regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*;

6.23.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.23.4 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.24 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.25 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.26 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.27 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.28 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.29 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.30 Caso o TERMO DE REFERÊNCIA exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no TERMO DE REFERÊNCIA, sob pena de não aceitação da proposta.

6.31 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.32 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.33 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.34 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA.

7- DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 NA PRESENTE LICITAÇÃO, A FASE DE HABILITAÇÃO SUCEDERÁ AS FASES DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES E DE JULGAMENTO.

7.1.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio das propostas.

7.1.2 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto neste Edital

7.1.3 Os documentos de habilitação serão enviados posteriormente a fase de lances, por meio de



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

sistema, estabelecendo-se, na sessão um prazo de envio de no mínimo 02 (duas) horas, contados da convocação a ser exposta.

7.1.4 Todos os documentos de habilitação poderão ser apresentados com autenticação eletrônica, pdf's originais dos órgãos emissores ou ainda cópias simples em formato "pdf". Caso haja dúvidas durante a sessão quanto aos documentos inseridos, serão utilizadas as diligências necessárias para sanar possíveis dúvidas de sua autenticidade ([Art. 64, da Lei 14.133/2021](#)).

7.1.5 As licitantes deverão encaminhar/anexar, via sistema, os documentos de habilitação exigidos pelo Edital, sob pena de inabilitação.

7.1.6 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.1.7 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC no 123, de 2006.

7.1.8 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da CONCORRÊNCIA, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.1.9 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

7.1.10 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.1.11 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

8– DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no Portal de Compras Públicas, e ainda nos seguintes cadastros:

8.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

8.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.4 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

8.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5.1.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5.2 Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5.3 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.5.4 Os documentos de habilitação deverão estar válidos na data da abertura da sessão ou da convocação para apresentação dos documentos, nos casos em que a convocação ocorrer em data diferente da abertura.

8.6 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do www.licitanet.com.br, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, a respectiva documentação atualizada.

8.7 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo determinado sob pena de inabilitação.

8.8 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12 Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

8.13 Documentos que deverão ser apresentados relativos à habilitação jurídica:

8.13.1 Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.13.2 Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de firma individual;

8.13.3 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária ou sociedade estrangeira



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.14 Documentos que deverão ser apresentados relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.14.1 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

8.14.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

8.14.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

8.14.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

8.14.4.1 Para os fins do art. 41 do Código Tributário Municipal, a habilitação dos proponentes não sediados no Município de Dolores de Guanhanes/MG, ficará condicionada à verificação da regularidade fiscal perante este Município.

8.14.5 Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

8.14.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A - Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.14.7 A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.14.7.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

8.14.7.2 A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação pertinente, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, ou revogar a licitação.

8.15 Documentos que deverão ser apresentados relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

8.15.1 Balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (demonstrações contábeis) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

8.15.2 A capacidade Financeira da Sociedade Empresária será avaliada mediante os seguintes indicadores, das demonstrações contábeis do último exercício social.

a) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1 (um).

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável A Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

b) Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1 (um).

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

ILC maior ou igual a 1(um)

ILG maior ou igual a 1(um)

8.15.3 Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e Demonstração do Resultado do Exercício que apresentem valores dos 2 (dois) últimos exercícios, conforme art. 176, § 1º da Lei 6.404/76 e inciso I do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021 e assim apresentados:

a) publicados em Diário Oficial; ou

b) publicados em Jornal; ou

c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou

d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou;

e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, com número de recibo em todas as páginas.

8.15.3.1 Quando se tratar de sociedade constituída há menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

8.15.3.2 Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos limitar-se-ão ao último exercício.

8.15.4 O licitante deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10%



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

(dez por cento) do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstração do Resultado do Exercício (Demonstrações contábeis do último exercício social), já exigíveis e apresentados na forma da lei.

8.15.5 **Certidão Cível Negativa**, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº 11.101/05.

8.15.6 Caso a Certidão evidencie a existência de processo de recuperação judicial, a mesma deverá vir acompanhada de documento expedido pelo Poder Judiciário de que a interessada está autorizada a participar de procedimento licitatório.

8.15.7 Exige-se dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma do § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.16 Documentos que deverão ser apresentados relativos à qualificação técnica:

8.16.1 Qualificação Técnica:

8.16.1.1 A empresa licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

8.16.1.2 Comprovante atualizado de registro da sociedade empresária participante da licitação no CREA/CAU, com jurisdição no Estado onde está sediada (matriz ou filial), válida na data limite de entrega da documentação e da proposta.

8.17.2. **Qualificação técnica operacional:** Qualificação técnica operacional: Comprovação de que a empresa licitante já tenha executado, em qualquer tempo, obras, através de certidões e/ou atestados, em nome da própria licitante, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente acompanhada da Certidão de Acervo Operacional emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, relativos aos serviços licitados.

Obs: A quantidade exigida está abaixo ou no máximo igual a 50% do quantitativo a ser contratado como é permitido pelo TCU.

8.17.3 Deverá ser apresentado ao menos 1 (um) atestado para cada serviço listado acima.

8.18 Qualificação Técnico Profissional – Comprovação de o licitante possuir em seu corpo técnico, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior, engenheiro civil ou arquiteto, reconhecido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, detentor de atestado ou declaração de responsabilidade técnica devidamente registrado(a) no CREA ou CAU da região onde as obras foram executadas, acompanhado(a) da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida por estes Conselhos, que comprove ter o



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

profissional executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal ou, ainda, para empresa privada, relativos aos serviços licitados.

Obs: A quantidade exigida está abaixo ou no máximo igual a 50% do quantitativo a ser contratado como é permitido pelo TCU.

8.18.1 Deverá ser apresentado ao menos 1 (um) atestado para cada serviço listado acima.

8.18.2 A comprovação de vínculo do profissional com o licitante poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

8.18.3 Carteira de trabalho e previdência social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como Contratante;

8.18.4 Contrato social do licitante, em que conste o profissional como sócio;

8.18.5 Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum;

8.18.6 Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada da anuência do profissional.

8.18.7 Somente serão aceitos atestados que atendam às formalidades expressas nos § 1º e 3º, do artigo 67 da Lei 14.133/2021.

8.1. No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, todos serão inabilitados.

8.1.6. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.1.7. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.1.8. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8.1.9. Declaração de disponibilidade de instalações, aparelhamento e pessoal técnico, adequados para a realização do objeto da licitação.

8.1.10. Declaração de comprometimento de aquisição e emprego de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa ou plantada de procedência legal, de que trata o Decreto nº 44.903, de 24/9/2008.

8.1.11. Declaração da proponente de que o profissional detentor do(s) atestado(s) de Responsabilidade Técnica será obrigatoriamente, o Responsável Técnico pela obra objeto do contrato, caso a proponente seja a vencedora desta licitação, com anuência do mesmo

8.1.12. Comprovante atualizado de registro do profissional detentor do(s) atestado(s) de Responsabilidade Técnica no CREA/CAU, com jurisdição no Estado onde está sediada (matriz ou filial), válida na data limite de entrega da documentação e da proposta.

8.1.13. Declaração de Conhecimento do Local das Obras onde serão executadas as obras detalhadas



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

nesta licitação do presente Termo de Referência.

8.2. Da Visita Técnica:

8.2.1. Não há necessidade de realização de visita ao local de execução da obra.

8.2.2. Caso seja de interesse do licitante realizar a visita ao local de execução da obra, esta deverá ser agendada junto à Prefeitura Municipal de Dolores de Guanhanes.

8.2.3. Para a visita, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da visita no horário agendado.

8.2.4. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria no horário agendado.

9 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1 - Encerrada a etapa de negociação, o AGENTE DE CONTRATAÇÃO /Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 29º da Portaria n.º 017/2020.

9.2 - O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

9.3 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.4 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.5 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.6 - O AGENTE DE CONTRATAÇÃO /Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.7 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo AGENTE DE CONTRATAÇÃO /Agente de Contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo AGENTE DE CONTRATAÇÃO .

9.8 - Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo AGENTE DE CONTRATAÇÃO /Agente de Contratação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo AGENTE DE CONTRATAÇÃO , sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.9 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o AGENTE DE CONTRATAÇÃO /Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.9.1 - Se tratando de Lote, a desclassificação de um único item do lote implicará na desclassificação da proposta para todo o lote, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para todos os itens que compõem o lote.

9.10- Havendo necessidade, o AGENTE DE CONTRATAÇÃO /Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no

“**chat**” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.11- O AGENTE DE CONTRATAÇÃO /Agente de Contratação deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.12- Também nas hipóteses em que o AGENTE DE CONTRATAÇÃO /Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.13- A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes pelo “**chat**”.

10 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA (PROPOSTA FINAL)

10.1– O LANCE FINAL do licitante declarado vencedor será atualizado automaticamente pelo sistema da concorrência eletrônica.

10.1.1. A proposta somente não será atualizada automaticamente quando houver mais de um item dentro do lote, cabendo ao fornecedor a atualização dos valores de sua proposta no prazo máximo de 02 (duas) horas, ou, em outro prazo informado pelo AGENTE DE CONTRATAÇÃO .

10.1.2 DEVERÁ O VENCEDOR, ENVIAR ATRAVÉS DO SISTEMA DE LICITAÇÕES AS PLANILHAS ATUALIZADAS COM O DESCONTO FINAL, PLANILHA DE CRONOGRAMA FÍSICO- FINANCEIRO E DEMONSTRATIVO DE BDI CONFORME MODELO EM ANEXO.

11 - DO RECURSO

11.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão

11.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos,



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

podendo o Agente de Contratação dar provimento ou negar o mesmo

11.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1- O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do AGENTE DE CONTRATAÇÃO, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2- Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13 – DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

13.1- Findo o processo licitatório, a empresa vencedora será convocada via sistema eletrônico e e-mail a assinar o Contrato, que obedecerá ao modelo anexo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da convocação emitida pelo Setor, sob pena de decair do direito à contratação.

13.2- O subitem acima deverá ser desconsiderado caso seja outra a decisão da autoridade competente que não a homologação do processo licitatório ou outra for sua decisão.

13.3- Caso a licitante vencedora não atenda ao prazo previsto no item 15.1, ensejará a aplicação das sanções estabelecidas no item sanções administrativas deste instrumento, reservando-se o **CONTRATANTE**, o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto ao preço, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas para a licitante vencedora neste instrumento.

14 - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E CONTRATUAL E DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 A CONTRATAÇÃO será de caráter imediato tem o prazo de 05 (cinco) dias após assinatura do contrato para dar início à execução dos serviços, a contar da data de recebimento da Ordem de



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

Serviço - OS, expedida pelo Município, contendo o prazo para execução dos serviços, assim como também descrito no TR Clausula 8.

14.2 O descumprimento dos prazos para início e execução dos serviços, importará na responsabilidade da CONTRATADA por todos os danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, em razão do descumprimento das obrigações em questão.

14.3 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato., na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.4 O prazo de execução do objeto é de 90 (noventa) dias, contados da ordem de serviço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.5 A diferença entre o prazo de obra e contrato deve-se aos trâmites dos órgãos envolvidos para autorização de início bem como eventuais atrasos na emissão da OS bem como para prestação de contas por parte da Contratante e da emissão do Termo de Recebimento por parte do Município.

14.6 Aplica-se ao contrato, ainda, o disposto no art. 111 da Lei nº 14.133/21.

14.7 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

14.8 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

14.9 A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

15 - DO CONTRATO

15.1- Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal da empresa cuja proposta foi declarada vencedora será convocado via sistema eletrônico e e-mail para firmar/assinar o contrato ou instrumento equivalente, conforme minuta **ANEXO (II)**, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da convocação emitida pelo Setor Responsável, sob pena de decair do direito à contratação.

15.1.1 - Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato de assinatura do contrato ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação para celebrar o contrato.

15.2- O contrato celebrado poderá ser rescindido a qualquer momento, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei 14.133/21.

16 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1 - Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:

16.2 – Fornecer materiais de primeira qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade.

16.3 – Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega dos serviços, considerando-se como tal a disponibilização, no local indicado pelo Município de Dolores de Guanhanes, conforme quantitativos dos



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

produtos adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.

164. – Se a empresa vencedora deixar de executar os serviços dentro das especificações estabelecidas, será responsável pela imediata substituição ou regularização do serviço rejeitado e o tempo despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

16.5 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, num prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, sendo que o tempo extra despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

16.6 - Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

16.7 - Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

16.8 – Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.9 - Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos, e em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

16.10. Prestar os serviços em estrita observância a legislação ambiental, quer municipal, estadual ou federal, assim como a legislação trabalhista.

18 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

18.1 - O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei nº 14.133/21.

18.2 - Constituem obrigações do CONTRATANTE, além da constante do Art. 115 da Lei nº 14.133/21, as especificadas no Edital.

18.3 - Acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços do objeto deste Contrato;

18.4 - Emitir as ordens de serviços à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;

18.5 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor;

18.6 - Efetuar o pagamento na forma ajustada neste Edital e no Instrumento Contratual;

18.7 - Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas no Contrato.

16– DAS SANÇÕES/PENALIDADES

16.1 Em conformidade com o estabelecido nos Artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, se a CONTRATADA descumprir as condições deste instrumento ficará sujeita às seguintes penalidades:

I. Pelo atraso ou descumprimento injustificado do cronograma de execução do objeto, multa de



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

mora de até 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, a juízo da Administração;

II. Pela inexecução total ou parcial das condições deste CONTRATO, a Administração poderá garantir a prévia e ampla defesa, aplicar as seguintes sanções:

- a. Advertência;
- b. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, a juízo da Administração;
- c. impedimento de licitar e contratar com a Administração por prazo não superior a 03 (três) anos;
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

16.2 A multa eventualmente imposta à CONTRATADA será automaticamente descontada da fatura a que mesma fazer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

16.3 Caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber do CONTRATANTE, ser-lhe-á concedido o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados de sua NOTIFICAÇÃO, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, poderá a Administração proceder à cobrança judicial da multa.

16.4 As multas previstas nesta seção não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

16.5 A aplicação das multas independerá de qualquer interpelação judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa, após instauração de Processo Administrativo respeitados os direitos à ampla defesa e ao contraditório.

16.6 As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis, ou processo administrativo.

17 – DA GARANTIA CONTRATUAL

17.1 - Será exigida a prestação de garantia para garantir a execução das obras, objeto do contrato, que será celebrado com a empresa contratada, vencedora desta Concorrência Eletrônica, conforme disposto no artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/21.

17.2 - Caberá à empresa contratada optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II. Seguro-garantia;

III. Fiança bancária.

17.3 - A garantia a que se refere o item 24 será de 10% (dez por cento) do valor global do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições daquele, previstas neste edital e em seus anexos.

17.4 - A garantia será prestada pela contratada em até 05 (cinco) dias úteis antes da data prevista para a assinatura do contrato e lhe será liberada ou restituída 30 (trinta) dias após o término de vigência do contrato e o recebimento definitivo das obras pelo município, a contar do requerimento do interessado, instruído com o termo de recebimento definitivo da obra, dirigido à Secretaria Municipal de Obras. A liberação se dará mediante autorização da Secretaria Municipal de Dolores de Guanhanes,



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

após parecer favorável da Assessoria Jurídica.

17.5 - A devolução da garantia não exime a contratada de suas responsabilidades legais e contratuais.

17.6 - A falta de prestação de garantia, no prazo aqui definido, importará na desclassificação da contratada

18 DISPOSIÇÕES GERAIS

18 . Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

18.1 No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

18.2 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.3 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.4 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.6 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.7 O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.8 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

18.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.10 A Autoridade Competente, poderá revogar esta licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

- 18.11 A anulação da licitação induz à extinção do contrato.
- 18.12 A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.
- 18.13 É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
- 18.14 – Homologada a licitação o adjudicatário receberá autorização de fornecimento ou instrumento equivalente.
- 18.15 – Caso o adjudicatário não preste o serviço ou forneça o(s) bem(s), objeto do certame, de acordo com a sua proposta, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para execução do serviço.
- 18.16 - É facultado o Agente de Contratações ou a **AUTORIDADE COMPETENTE**, em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.
- 18.17 – Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para execução dos serviços, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.
- 18.18 – Uma vez convocado, a recusa injustificada do adjudicatário em prestar os serviços, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas
- 18.19 – Na hipótese acima referida será convocado novo adjudicatário, observada a ordem de classificação nesta licitação.
- 18.20 – Constituem motivos para rescisão do contrato ou instrumento equivalente, todos aqueles listados pela Lei 14.133/21, nos artigos 137 a 139.
- 18.21 – A **AUTORIDADE COMPETENTE** poderá nas mesmas condições contratuais, realizar acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme estabelecido no art. 125.
- 18.22 – Será dada vista aos proponentes interessados tanto nas propostas comerciais como dos documentos de habilitação apresentados na sessão.
- 18.23 - A contratação dos itens requisitados para cada evento deverá ser precedida da requisição específica não ficando necessariamente obrigado o **CONTRATANTE** a contratar todos os itens constantes no contrato, devendo o mesmo ser fornecido de forma fracionada ao mesmo.
- 18.24 - É vedado à **contratada** subcontratar total ou parcialmente o fornecimento sem autorização expressa da Administração.
- 18.25 - A presente Licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

18.26 - O **AGENTE DE CONTRATAÇÃO**, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

18.27 - É vedado ao **fornecedor** retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão da licitação.

18.28 - Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre a presente Licitação serão prestadas pelo **AGENTE DE CONTRATAÇÃO** de forma exclusiva pela plataforma de licitações LICITANET(www.licitanet.com.br).

18.29 O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este edital poderão ser consultados no endereço: <https://www.licitanet.com.br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas (**PNCP**).

18.30 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – PROJETO BÁSICO

ANEXO II– MINUTA DO CONTRATO

ANEXO III – MEMORIAL ESCRITIVO

ANEXO IV– MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DA OBRA

ANEXO V- MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO CONHECIMENTO DO LOCAL DA OBRA (OBRIGATÓRIO)

ANEXO VI- – MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E PESSOAL TÉCNICO;

ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

ANEXO VIII -- NÃO EMPREGA MENOR

ANEXO IX- - PLANTA DA LOCALIZAÇÃO

ANEXO X- PROJETO E PLANTA DA IMPLANTAÇÃO

ANEXO XI-RELATÓRIO FOTOGRAFICO, PLANILHAS, PROJETOS, BDI,

DEMAIS DOCUMENTOS QUE COPOEM ESSE EDITAL SE ENCONTRA EM ARQUIVOS COMPLEMENTARES.

Dores de Guanhães, 05 de fevereiro de 2026

Luciana Rosa Madureira Souza
Diretora de Dep. de Licitação



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO I

CONCORRÊNCIA Nº 002/2026
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 008/2026
PROJETO BÁSICO

PROJETO BÁSICO

Unidade Demandante: Secretaria Municipal de Educação

Responsável: Secretária Municipal de Educação - Eliasnete Aparecida dos Santos Nunes.

Local da Obra: Escola Municipal José Bueno Bruzzi – Segundo Endereço, Comunidade da Vila Esperança – Dolores de Guanhanes/MG

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para execução dos serviços remanescentes de engenharia visando à conclusão da obra de construção da Escola Municipal José Bueno Bruzzi.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

O presente Projeto Básico é elaborado em conformidade com:

- Art. 6º, inciso XXXVIII, da Lei nº 14.133/2021, que define o Projeto Básico como conjunto de elementos necessários e suficientes para caracterizar a obra ou serviço de engenharia;
- Art. 6º, inciso XXIX, da Lei nº 14.133/2021, que conceitua obra como toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação realizada por execução direta ou indireta;
- Art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre a modalidade concorrência para contratação de obras e serviços de engenharia;
- Art. 46, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece o critério de julgamento pelo menor preço para obras e serviços de engenharia comuns;
- Acórdãos e orientações do Tribunal de Contas da União – TCU, especialmente quanto à necessidade de definição precisa do objeto, adequada estimativa de custos e detalhamento mínimo suficiente para garantir a competitividade e a correta execução contratual;
- Normas técnicas da ABNT aplicáveis à construção civil;
- Nota técnica IBR 001/2021 - Revisão 2025 do IBRAOP - Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas, que trata do entendimento sobre obra comum e obra especial nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- Recomendações técnicas da SEE-MG para edificações escolares;
- Demais dispositivos da Lei nº 14.133/2021 aplicáveis à contratação de obras públicas.

Este Projeto Básico constitui o conjunto de elementos necessários e suficientes para caracterizar a obra, possibilitando a avaliação do custo, a definição dos métodos construtivos e a adequada fiscalização da execução.

O objeto é classificado como OBRA COMUM DE ENGENHARIA, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado e normas da ABNT, sem necessidade de inovações técnicas singulares.

3. HISTÓRICO E DIAGNÓSTICO DO REMANESCENTE

3.1 Descrição geral

A obra refere-se ao Projeto Espaço Educativo de 04 (quatro) Salas de Aula, com capacidade de atendimento de até 240 alunos em dois turnos (matutino e vespertino) e 120 alunos em período



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

integral, atendendo às recomendações técnicas do FNDE e aos critérios básicos de funcionamento das atividades de ensino e aprendizagem.

A construção foi iniciada em 27 de outubro de 2022, após regular processo licitatório, tendo como empresa executora Juliana Ponciano Construção Civil Ltda. Durante a execução foram realizadas 12 (doze) medições, sendo a última em 06 de agosto de 2024. Após essa data, a contratada abandonou a obra, não atendendo às três notificações formais emitidas pelo Município.

Considerando o vencimento contratual e o descumprimento das obrigações assumidas, o contrato foi encerrado, permanecendo a obra inacabada, com aproximadamente 75% das metas executadas, porém sem condições efetivas de atender à comunidade escolar.

A edificação é térrea, composta por 04 (quatro) blocos interligados por pátio coberto, com capacidade de atendimento de até 240 alunos em dois turnos e 120 alunos em período integral.

3.1.1. Bloco Administrativo

- Almoxarifado;
- Arquivo;
- Diretoria;
- Secretaria;
- Sala de professores;
- Circulação;
- Sanitários adulto masculino e feminino.

3.1.2. Bloco de Serviços

- Área de serviço interna e externa;
- Central de GLP;
- Depósitos e despensa;
- Cozinha completa com bancadas de preparo e lavagem;
- Área de cocção;
- Balcões de recepção e distribuição de alimentos;
- Vestiário masculino;
- Sanitários masculino e feminino.

3.1.3. Bloco Pedagógico

- Salas de aula;
- Biblioteca / Informática;
- Circulações.

3.1.4. Pátio Coberto

- Espaço de integração e refeitório.

3.2. Descrição atual do imóvel

Atualmente, o imóvel encontra-se **SEM CONDIÇÕES DE USO**, em razão da inexistência de sistemas essenciais e da ausência de acabamentos finais, impossibilitando seu funcionamento como unidade escolar, conforme detalhado abaixo:

3.2.1 INSTALAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA

- Serviços gerais de engenharia não concluídos;
- Necessidade de mobilização, organização do canteiro e complementação das etapas remanescentes;
- Adequação dos serviços às normas técnicas vigentes e às condições atuais da edificação.

3.2.2 EXECUÇÃO DE COBERTURA E FORRO

- Serviços de cobertura não finalizados ou pendentes de complementação;
- Necessidade de execução e/ou ajustes em telhados, estruturas de apoio e forros;
- Adequação para garantir proteção, conforto térmico e segurança da edificação.



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

3.2.3 INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS

- Sistema de encanação de água não finalizado;
- Pendências na instalação de pontos hidráulicos;
- Necessidade de testes, ajustes e adequações para pleno funcionamento.

3.2.4 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

- Sistema de esgotamento sanitário incompleto;
- Pendências na instalação de aparelhos sanitários e conexões;
- Necessidade de testes e adequações para garantir o correto funcionamento e salubridade.

3.2.5 INSTALAÇÃO ELÉTRICA

- Serviços de instalação elétrica incompletos;
- Ausência de tomadas, interruptores, luminárias e quadros de distribuição;
- Necessidade de adequação às normas técnicas e de segurança vigentes.

3.2.6 ESQUADRIAS DE MADEIRA

- Ausência ou instalação incompleta de esquadrias de madeira;
- Necessidade de instalação de portas, batentes e guarnições;
- Adequações para garantir funcionalidade, segurança e acessibilidade.

3.2.7 ESQUADRIAS METÁLICAS

- Falta de instalação de esquadrias metálicas, quando previstas em projeto;
- Necessidade de ajustes, fixações e acabamentos;
- Garantia de segurança, durabilidade e conformidade técnica.

3.2.8 REVESTIMENTOS

- Serviços de revestimento não executados ou incompletos;
- Necessidade de regularização de superfícies;
- Conclusão dos revestimentos conforme especificações técnicas.

3.2.9 PISO E RODAPÉ

- Ausência ou execução parcial de pisos e rodapés;
- Necessidade de nivelamento e correções;
- Conclusão dos serviços para garantir segurança e durabilidade.

3.2.10 PINTURA INTERNA E EXTERNA

- Serviços de pintura interna e externa não executados;
- Necessidade de preparo de superfícies e correções;
- Aplicação de pintura conforme padrões técnicos e estéticos.

3.2.11 EXECUÇÃO DE BANCADAS, PRATELEIRAS E DIVISÓRIAS

- Ausência de execução de bancadas, prateleiras e divisórias;
- Necessidade de instalação conforme projeto;
- Adequação às necessidades funcionais da unidade escolar.

3.2.12 LIMPEZA FINAL DA OBRA

- Ausência de limpeza final após a execução dos serviços;
- Necessidade de remoção de resíduos e entulhos;
- Limpeza geral para entrega da edificação em condições de uso.

A execução da obra deverá atender rigorosamente às normas técnicas vigentes, às condições estabelecidas neste Termo de Referência, aos projetos aprovados e às orientações da fiscalização designada pelo Município, devendo a edificação ser entregue em perfeitas condições de uso, com todos os sistemas funcionando adequadamente e apta para o atendimento das atividades educacionais.



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

Fica a contratada obrigada a realizar a conferência técnica de todos os eixos e níveis executados pela empresa anterior antes do início dos novos serviços, reportando qualquer desconformidade à fiscalização em até 5 dias.

4. ESCOPO DOS SERVIÇOS

A contratação compreende a execução integral dos serviços remanescentes necessários à conclusão da edificação, incluindo, de forma não exaustiva:

- Calhas, rufos e condutores, além da revisão de estanqueidade da cobertura e finalização de arremates;
- Instalações hidrossanitárias completas;
- Instalações elétricas, quadros, tomadas e iluminação;
- Revestimentos de pisos e paredes;
- Assentamento de rodapés;
- Execução e instalação de esquadrias e ferragens;
- Execução de bancadas, instalação de louças e metais;
- Urbanização externa, passeios e áreas de circulação;
- Serviços de pintura e acabamento final;
- Limpeza geral e entrega final da obra.

Todos os serviços deverão seguir rigorosamente os projetos existentes, as especificações técnicas e a planilha orçamentária anexas.

5. SOLUÇÃO TÉCNICA ADOTADA

A solução técnica consiste na manutenção do padrão construtivo originalmente previsto no projeto da SEE-MG, utilizando métodos construtivos convencionais, amplamente difundidos no mercado, compatíveis com o estágio atual da obra.

A adoção de novas tecnologias foi descartada, em razão da necessidade de compatibilidade técnica, controle de custos e mitigação de riscos de retrabalho.

6. MATRIZ DE REPARTIÇÃO DE RISCOS

Em atendimento ao Art. 6º, inciso XXVII e Art. 103 da Lei nº 14.133/2021, fica estabelecida a repartição objetiva de riscos entre a Administração Pública e a Contratada:

6.1. Riscos da Contratada: Vícios de execução nos serviços novos; danos por negligência a partes já construídas; erros de quantificação em itens passíveis de visualização na vistoria; guarda do canteiro; e atrasos por falta de insumos ou mão de obra.

- Vícios de Execução: Danos causados a partes já executadas da obra em razão da negligência, imperícia ou imprudência na execução dos serviços remanescentes.
- Conferência de Medidas: Erros de verificação de cotas, níveis e quantitativos constantes no Projeto Básico, visto que a vistoria prévia é obrigatória.
- Gestão de Recursos: Atrasos decorrentes de falta de mão de obra, materiais ou equipamentos, bem como greves setoriais ou dificuldades logísticas.
- Vandalismo e Furtos: Responsabilidade pela guarda e vigilância do canteiro de obras e dos materiais neles depositados após a emissão da Ordem de Serviço.
- Danos a Terceiros: Quaisquer danos causados à vizinhança ou a servidores e alunos que porventura circulem nas proximidades da obra.

6.2. Riscos da Administração: Vícios ocultos em estruturas enterradas ou embutidas executadas pela empresa anterior; alterações de projeto solicitadas pela Secretaria; e eventos de força maior (chuvas atípicas comprovadas por índices meteorológicos).

- Vícios Ocultos de Estrutura: Problemas em elementos estruturais (fundações, pilares e vigas) executados pela empresa anterior (Juliana Ponciano Construção Civil Ltda) que não eram passíveis de identificação visual no momento da licitação.
- Alterações de Projeto: Necessidade de modificação de projetos arquitetônicos ou complementares por determinação da Secretaria de Educação ou novos requisitos normativos da



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

SEE-MG.

- Atrasos de Pagamento: Suspensão da obra por atraso superior a 45 dias nos pagamentos devidos pela Administração (conforme Art. 137, § 2º, inciso IV da Lei 14.133/21).
- Força Maior e Caso Fortuito: Eventos da natureza de caráter extraordinário (chuvas acima da média histórica para Dores de Guanhanes que impeçam o trabalho externo) ou pandemias.

6.3. Procedimento para Equilíbrio Econômico-Financeiro

Nota Técnica: Por se tratar de Empreitada por Preço Global, eventuais variações de quantitativos que se mostrem necessárias durante a execução (devido à natureza da obra remanescente) serão ajustadas por meio de medições reais, desde que devidamente justificadas pelo Fiscal da Obra e limitadas aos tetos legais de aditivos.

7. REGIME DE EXECUÇÃO E MODELO DE CONTRATAÇÃO

7.1. Regime de Execução: Empreitada por preço Global.

Justificativa:

- Permite medição precisa dos serviços efetivamente executados;
- Reduz riscos de pagamentos indevidos;
- É o modelo mais adequado para obras remanescentes com possibilidade de ajustes quantitativos.

As medições serão mensais, baseadas nas quantidades efetivamente executadas e atestadas pela fiscalização.

Vedação: Não será admitido pagamento por material posto no canteiro sem a devida aplicação/instalação.

7.2. Modelo de Contratação:

7.2.1. Classificação do Objeto:

O objeto da presente contratação é classificado como OBRA COMUM DE ENGENHARIA, nos termos do art. 6º, inciso XXIX, da Lei nº 14.133/2021, consistindo na execução dos serviços remanescentes necessários à conclusão da obra de construção da Escola Municipal José Bueno Bruzzi.

Os serviços possuem padrões de desempenho, qualidade, materiais e métodos construtivos amplamente definidos em projetos, planilhas orçamentárias, memoriais descritivos e normas técnicas da ABNT, não envolvendo inovação tecnológica relevante ou soluções técnicas personalizadas que caracterizem obra especial de engenharia.

Assim, o objeto:

- Enquadra-se como obra comum de engenharia;
- Permite julgamento pelo critério de menor preço, conforme art. 46, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;
- Deve ser licitado na modalidade concorrência, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;
- Será contratado sob regime de execução por empreitada por preço Global.

Esse enquadramento assegura compatibilidade entre o ETP, o Projeto Básico e o Termo de Referência, atendendo às recomendações do Tribunal de Contas da União e às exigências da Lei nº 14.133/2021.

7.2.2. Modalidade de Licitação:

Concorrência, preferencialmente na forma eletrônica, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, aplicável às contratações de obras e serviços de engenharia.

7.2.2.1. Critério de Julgamento:

Menor preço, conforme art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

7.2.2.2. Forma de Execução Contratual:

Contratação por lote único, abrangendo todos os serviços remanescentes necessários à



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

conclusão da obra;

Vedada a divisão do objeto em parcelas, em razão da necessidade de integração técnica, responsabilidade única e garantia de desempenho global do empreendimento.

7.2.2.3. Forma de Adjudicação:

Adjudicação global do objeto à empresa vencedora, responsável pela execução integral dos serviços remanescentes.

7.2.2.4. Subcontratação:

Permitida apenas de forma parcial e mediante prévia autorização da Administração, restrita a serviços especializados, permanecendo a contratada principal integralmente responsável pela execução e pelos encargos contratuais.

7.2.2.5. Garantia Contratual:

Poderá ser exigida garantia de execução contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, limitada a até 10% (dez por cento) do valor do contrato, como forma de assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas.

8. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

A Contratação será imediata tendo o prazo de 05 (cinco) dias após assinatura do contrato, para dar início à execução dos serviços, a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço - OS, expedida pelo Município, contendo o prazo para execução dos serviços.

JUSTIFICATIVA PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A obra integra o **Projeto Espaço Educativo de 04 (quatro) Salas de Aula**, com capacidade de atendimento de até **240 alunos em dois turnos (matutino e vespertino)** e **120 alunos em período integral**, estando em conformidade com as recomendações técnicas do **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE** e com os critérios mínimos necessários ao adequado funcionamento das atividades de ensino e aprendizagem.

A execução da obra teve início em **27 de outubro de 2022**, após regular processo licitatório, tendo como empresa responsável ganhadora da **TP (tomada de preço) 041/2022**. No decorrer da execução contratual, foram realizadas **12 (doze) medições**, sendo a última em **06 de agosto de 2024**. A partir desta data, a empresa contratada **abandonou a obra**, deixando de cumprir suas obrigações contratuais e não atendendo às **três notificações formais** expedidas pelo Município.

Diante do **vencimento do contrato e do descumprimento das obrigações assumidas**, o ajuste foi devidamente encerrado, permanecendo a obra **inacabada**, com aproximadamente **75% das metas executadas**, porém sem condições efetivas de uso ou atendimento à comunidade escolar.

A não conclusão da unidade escolar tem acarretado **graves impactos à Administração Pública Municipal e à população**, dentre os quais se destacam:

- Sobrecarga das demais unidades escolares do município;
- Dificuldade de atendimento à crescente demanda por vagas na rede municipal de ensino;
- Prejuízos ao direito fundamental e constitucional à educação;
- Risco de agravamento da situação social da Comunidade Vila Esperança;
- Exposição do patrimônio público já executado à deterioração, com consequente aumento de custos futuros para recuperação e manutenção.

Ressalta-se, ainda, que o Município utiliza atualmente **imóvel alugado para atendimento provisório da demanda escolar**, o qual **não atende de forma adequada às necessidades pedagógicas e estruturais**, além de possuir **contrato com término previsto para o ano de 2026**, o que torna insustentável a manutenção dessa solução temporária a médio prazo.



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

Diante desse cenário, resta evidente o **interesse público direto e imediato** na retomada e conclusão da obra, a fim de assegurar a oferta adequada de ensino, otimizar a utilização dos recursos públicos já investidos e garantir condições dignas de aprendizagem à comunidade atendida.

Assim, a autorização para início da execução dos serviços remanescentes mostra-se **necessária, urgente e plenamente justificada**, atendendo aos princípios da **legalidade, eficiência, economicidade e supremacia do interesse público**, razão pela qual se impõe o imediato prosseguimento da obra pela empresa contratada.

O prazo de execução previsto é de até 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da emissão da ordem de serviço, de acordo com o CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO em anexo.

O objeto contratado terá vigência até 12 (doze) meses, prevendo margem para recebimento definitivo e trâmites administrativos, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo conforme **art. 105 e segs., da Lei Federal nº 14.133/21** e suas sucessivas alterações posteriores.

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Foi elaborado cronograma físico-financeiro detalhado, a ser adequado aos valores da proposta da contratada e aprovado pela fiscalização, contendo:

- Etapas de execução;
- Percentuais de avanço físico;
- Correspondência financeira mensal.

O cronograma integrará o contrato e servirá de base para controle de prazos e medições.

10. ORÇAMENTO ESTIMADO

Para a formação do preço estimado, foram adotados os seguintes parâmetros, de forma isolada ou combinada:

- Projetos executivos existentes;
- Planilha de quantitativos remanescentes;
- Bases referenciais de custos da construção civil.
- Tabelas oficiais de referência, especialmente a Planilha de Serviços da

Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais - Superintendência de Infraestrutura e Logística - Diretoria de Gestão de Parcerias e Fiscalização vigente à época da elaboração do estudo.

Com base nos preços da Planilha de Serviços da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais - Superintendência de Infraestrutura e Logística - Diretoria de Gestão de Parcerias e Fiscalização e composição de custos unitários, o valor global estimado da obra, com BDI, é de:

R\$ 400.426,76 (Quatrocentos mil, quatrocentos e vinte e seis reais e setenta e seis centavos). (Planilha orçamentária em anexo.)

Ressalta-se que o valor estimado reflete preços compatíveis com os praticados no mercado, considerando as condições locais de execução, a complexidade dos serviços, o caráter de finalização da obra e o atendimento às normas técnicas e legais exigidas.

A planilha orçamentária com a correspondente memória de cálculo de quantitativos está anexa ao processo licitatório.

11. REQUISITOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

11.1. REQUISITOS GERAIS

- A obra deverá ser executada por empresa especializada em obras e serviços de engenharia, legalmente habilitada.



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

- Será obrigatória a indicação de responsável técnico habilitado, com registro ativo no CREA ou CAU, acompanhado da respectiva ART ou RRT.
- Todos os serviços deverão obedecer às normas técnicas da ABNT, às normas de segurança do trabalho e à legislação vigente.
- Os materiais empregados deverão ser novos, de primeira qualidade, atendendo às especificações técnicas exigidas e às normas aplicáveis.

11.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS

11.2.1 Instalações Elétricas

- Execução e complementação das instalações elétricas internas e externas, conforme projeto elétrico;
- Instalação de quadros de distribuição, disjuntores, dispositivos de proteção, tomadas, interruptores e luminárias;
- Adequação às normas técnicas vigentes, garantindo segurança, funcionalidade e eficiência do sistema.

11.2.2 Instalações Hidrossanitárias

- Execução e complementação das redes de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- Instalação de louças sanitárias, metais, registros, válvulas e acessórios;
- Realização de testes de estanqueidade e funcionamento dos sistemas.

11.2.3 Portas e Esquadrias

- Fornecimento e instalação de portas internas e externas, conforme especificações do projeto;
- Instalação de batentes, dobradiças, fechaduras e demais ferragens;
- Adequação às normas de acessibilidade e segurança.

11.2.4 Serviços de Acabamento

- Correção e preparo de superfícies (paredes e tetos);
- Execução de pintura interna e externa, com aplicação de materiais adequados ao ambiente;
- Conclusão de acabamentos necessários à habitabilidade da edificação.

11.3. SEGURANÇA DO TRABALHO

- A contratada deverá cumprir integralmente as Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho aplicáveis à construção civil;
- Será obrigatório o fornecimento e uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) por todos os trabalhadores;
- A contratada será responsável por quaisquer danos ou acidentes decorrentes da execução dos serviços.

11.4. CONTROLE DE QUALIDADE E FISCALIZAÇÃO

- A execução dos serviços será acompanhada por fiscalização designada pelo Município, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- Eventuais inconformidades apontadas deverão ser corrigidas pela contratada, sem ônus adicional;
- Todos os sistemas deverão ser entregues em perfeito funcionamento, condição indispensável para o recebimento da obra.

11.5. SUSTENTABILIDADE E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS

- Os resíduos gerados durante a execução deverão ter destinação ambientalmente adequada, conforme legislação vigente;



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

- Deverão ser adotadas práticas que minimizem desperdícios e promovam o uso racional de materiais.

12. LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

Os serviços serão executados no canteiro de obras da Escola Municipal José Bueno Bruzzi - Segundo Endereço - Comunidade da Vila Esperança – Zona Rural - Município de Dores de Guanhanes – MG.

O HORÁRIO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS SERÁ DEFINIDO PELO TITULAR DA SECRETARIA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DOS MESMOS POR MEIO DA O.S. (ORDEM DE SERVIÇO).

13. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL

13.1 RESPONSÁVEL TÉCNICO

A execução da obra deverá ocorrer sob a responsabilidade de profissional legalmente habilitado, atendendo às exigências da legislação profissional vigente e às disposições da Lei nº 14.133/2021. Requisitos mínimos do Responsável Técnico

- Engenheiro Civil regularmente registrado e ativo no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Arquiteto regularmente registrado e ativo no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU;
- Comprovação de atribuições profissionais compatíveis com o objeto da contratação;
- Emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT de execução de obra antes do início dos serviços;
- Experiência comprovada em obras de edificações públicas ou privadas de porte e complexidade compatíveis com o objeto licitado.

13.1.1 Atribuições do Responsável Técnico da Contratada

Compete ao Responsável Técnico:

- Responder tecnicamente pela execução integral da obra;
- Garantir que os serviços sejam executados em conformidade com os projetos, memoriais, especificações técnicas, normas da ABNT e legislação vigente;
- Acompanhar tecnicamente a execução dos serviços, com presença periódica no canteiro de obras;
- Assinar medições, relatórios técnicos, registros no diário de obra e demais documentos técnicos;
- Orientar a equipe de execução e determinar correções quando identificadas não conformidades;
- Zelar pelo cumprimento das normas de segurança do trabalho, saúde ocupacional e proteção ambiental.

13.1.2 Substituição do Responsável Técnico

A substituição do Responsável Técnico somente será admitida mediante:

- Justificativa formal apresentada pela contratada;
- Prévia anuência da Administração;
- Apresentação de nova ART e comprovação de habilitação técnica equivalente.

13.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA

Para fins de habilitação, a licitante deverá comprovar experiência anterior em serviços compatíveis, especificamente nos itens que representam o "caminho crítico" e maior valor da conclusão. Para tal, é exigida a comprovação de aptidão para desempenho mediante a apresentação de:



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

- Certidão de Acervo Técnico – CAT, registrada no CREA ou no CAU, conforme o caso, vinculada a atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- Comprovação de que o licitante executou, satisfatoriamente, obra ou serviço de engenharia de características semelhantes ao objeto licitado, contendo no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens de maior relevância técnica e valor significativo da planilha orçamentária a saber:

Item	Especificação Técnica	Unid.	Qtd. Mínima (50%)
1	Janela de alumínio com contramarco e acabamento	M²	36,00
2	Pintura látex PVA em paredes (mínimo 2 demãos)	M²	415,00
3	Execução/Instalação de pontos de iluminação e força	UN	30,00
4	Porta de madeira maciça completa (batente/ferragens)	UN	3,00
5	Lavatório de louça completo (Fornecimento e instalação)	UN	5,00
6	Vaso sanitário completo (Fornecimento e instalação)	UN	4,00

A exigência fundamenta-se no art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, bem como nas orientações do Tribunal de Contas da União, visando assegurar que a empresa contratada possua experiência técnica compatível com a complexidade e a responsabilidade do objeto, sem restringir indevidamente a competitividade do certame.

14. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

A fiscalização será exercida por engenheiro designado pelo Município, competindo-lhe:

- Acompanhar a execução dos serviços;
- Conferir e atestar medições;
- Determinar correções técnicas;
- Registrar ocorrências em diário de obra.

15. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentárias:

N: 02.06.10.12.361.0022.1087 4.4.90.51.00 Ficha:146 Fonte de Recurso: 1.71

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento os serviços e obras efetivamente executados pela Contratada e aprovados pela fiscalização, respeitada a rigorosa correspondência com o projeto.

A medição será realizada pelo engenheiro responsável da obra designado em conjunto com o engenheiro responsável da empresa mensalmente, e deverá ser entregue ao fiscal administrativo até o 5º dia útil de cada mês.

Após a aferição do Boletim de Medição, o gestor do contrato enviará à Contratada a autorização para emissão de Nota Fiscal. A empresa somente poderá emitir Nota Fiscal após autorização formal da Prefeitura de Dores de Guanhanes.

O documento de medição deverá conter os seguintes documentos:

- Boletim de medição assinado pelo responsável técnico da empresa e pela empresa;
- Memória de cálculo detalhada assinada pelo engenheiro responsável;
- Relatório fotográfico assinado pelo engenheiro responsável;
- Diário de obra assinado pelo engenheiro responsável.

Na elaboração de tais documentação deverá ser assegurada a aplicação dos preços unitários da proposta vencedora.



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

É vedado pagamento antecipado sem a correspondente execução dos serviços.

O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, após a emissão da Nota Fiscal enviada em formato digital e deverá constar o valor expresso em reais e os dados contratuais fornecidos pelo gestor.

O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante; A empresa deverá fornecer toda documentação de comprovação fiscal a fim de garantir a manutenção das condições de habilitação do edital junto à cada Nota fiscal.

17. CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE

A contratada deverá:

- Cumprir integralmente as Normas Regulamentadoras do MTE;
- Garantir condições seguras de trabalho;
- Limpeza técnica final com remoção de qualquer resíduo de obra;
- Evitar danos ao patrimônio público existente.

18. INDICAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS

- Conclusão integral da obra, com a execução de todos os serviços remanescentes necessários à plena funcionalidade da edificação;
- Entrega da unidade escolar em condições adequadas de uso, atendendo às normas de segurança, salubridade, acessibilidade e conforto;
- Ampliação da capacidade de atendimento da rede municipal de ensino, possibilitando o acolhimento da crescente demanda de alunos da comunidade local;
- Melhoria da qualidade da infraestrutura educacional, contribuindo para melhores condições de ensino e aprendizagem;
- Preservação e valorização do patrimônio público, evitando a deterioração da edificação inacabada e o desperdício de recursos públicos já investidos;
- Execução dos serviços com qualidade, eficiência e dentro dos prazos estabelecidos, conforme projetos e especificações técnicas;
- Uso racional e eficiente dos recursos públicos, garantindo economicidade e responsabilidade fiscal;
- Atendimento ao interesse público e às necessidades da comunidade, assegurando a efetiva prestação do serviço público de educação.

19. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão considerados aceitos quando:

- Executados em conformidade com os projetos e especificações;
- Aprovados pela fiscalização;
- Atendidas as normas técnicas e de desempenho aplicáveis;
- Apresentação das certificações de garantia de materiais (esquadrias, tintas, etc.), caso solicitado;
- Realizada a limpeza final e entrega formal da obra.

20. CONCLUSÃO

O presente Projeto Básico atende aos requisitos da Lei nº 14.133/2021 e às recomendações do TCU, apresentando definição suficiente do objeto, escopo, orçamento, prazos e critérios de execução, permitindo a adequada realização do procedimento licitatório e a correta execução contratual.

Dores de Guanhanes, 3 de fevereiro de 2026.



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

RT elaboração:

ROBERTO KELLER CARVALHO GONÇALVES
ENGENHEIRO CIVIL E DE SEGURANÇA DO TRABALHO – CREA-MG: 63.955/D

Aprovação:

ELIASNETE APARECIDA DOS SANTOS NUNES
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO II
CONCORRÊNCIA Nº 002/2026
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 008/2026
MINUTA DO CONTRATO

PARTES:

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Dolores de Guanhanes, com sede na Rua Castro Alves, nº 29 – Bairro Centro, na Cidade de Dolores de Guanhanes, CEP 35894-000 – UF MG, inscrita no CNPJ/MF N. 18.307.413/0001-89, neste ato representado pelo _____, doravante denominada **CONTRATANTE**.

CONTRATADA: _____, com sede na _____, Nº __, Bairro: _____ na cidade de _____, CEP: _____, inscrita no CNPJ/MF N. _____, neste ato representada pelo _____ portador do CPF. _____, E-MAIL INSTITUCIONAL: _____, doravante denominada **CONTRATADA**.

Têm entre si justo e acordado celebrar o presente Instrumento de Contrato, devidamente autorizado, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº. 14.133/21, suas alterações, demais legislação aplicável, decorrente do Processo Licitatório nº. 008/2026, modalidade Concorrência nº. 002/2026 e pelas condições que estipulam a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente Edital a seleção de sociedade empresária objetivando a contratação de empresa especializada para: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS REMANESCENTES E DE FINALIZAÇÃO DA OBRA DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ BUENO BRUZZI – SEGUNDO ENDEREÇO, LOCALIZADA NA COMUNIDADE VILA ESPERANÇA, NO MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES/MG.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.1.1 - Projeto Básico ;
- 1.1.2 - O Edital da Licitação;
- 1.1.3 - A Proposta do contratado;
- 1.1.4 - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.2. EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

1.2 Os serviços referentes à execução do objeto deverão ser executados de segunda à sexta feira, das 7:00h às 17:00h.



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

1.3 execução de serviços noturna e aos finais de semana e feriados deverão ser formalmente aceitas pela fiscalização técnica do contrato.

1.4 A execução de serviços noturna e aos finais de semana e feriados deverão ser formalmente aceitas pela fiscalização técnica do contrato.

1.5 Os serviços estão amplamente detalhados nos projetos de engenharia/arquitetura e os memoriais descritivos constantes do Termo de Referência

1.6 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

1.7 A execução da obra deverá seguir o cronograma físico financeiro apresentado junto à proposta.

1.8 O não cumprimento do cronograma estará sujeito a penalidades junto à Contratada

1.9 A Contratada poderá solicitar repactuação do cronograma, no prazo mínimo de 15 dias, podendo o mesmo ser acatada ou não pela .

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. O valor da presente contratação está estimado em R\$ _____ (_____).

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentárias:

02.06.10.12.361.0022.1087 4.4.90.51.00 Ficha:146 Fonte de Recurso: 1.71

2.2. - O **CONTRATANTE** poderá acrescentar ou suprimir os quantitativos, respeitando os limites legais.

2.2.1 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

2.3. - Serão incorporados ao contrato, mediante Termo Aditivo todas e quaisquer modificações, que venham ser necessárias durante sua vigência decorrente de alterações unilaterais do **CONTRATANTE** ou por acordo entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO CRITÉRIO DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO E RETENÇÕES DE IMPOSTOS

3.1. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

3.1.1 Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento os serviços e obras efetivamente executados pela Contratada e aprovados pela Fiscalização, respeitada a rigorosa correspondência com o projeto.

3.1.2 A medição será realizada pelo engenheiro responsável da obra desingnado em conjunto com o Engenheiro responsável da empresa mensalmente e deverá ser entregue ao fiscal administrativo até



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

o 5º dia útil de cada mês.

3.1.3 O Documento de Medição deverá conter os seguintes documentos:

- Boletim de Medição assinado pelo responsável técnico da empresa e pela empresa.
- Memória de cálculo detalhada assinada pelo engenheiro responsável.
- Relatório Fotográfico assinada pelo engenheiro responsável.
- Diário de Obra assinada pelo engenheiro responsável.
- Certidões atualizadas.

3.2. DO PAGAMENTO

3.2.1. Após aferição do Boletim de Medição o gestor do contrato enviará a Contratada a autorização para emissão de Nota Fiscal.

3.2.2 A empresa somente poderá emitir Nota Fiscal após autorização formal da Prefeitura de Dolores de Guanhanes/MG.

3.2.3 O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, após a emissão da Nota Fiscal enviada em formato digital, conforme o art. 31 da Lei nº 8.212/1991 e com redação dada pela Lei nº 11.933, de 2009 e de acordo com a Instrução normativa nº 2110, de 17 de outubro de 2022.

3.2.2. Na Nota Fiscal deverá constar o valor expresso em reais e os dados contratuais fornecidos pelo gestor.

3.2.3.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante;

3.2.3. A empresa deverá fornecer toda documentação de comprovação fiscal a fim de garantir a manutenção das condições de habilitação do edital junto à cada Nota fiscal.

3.2.4.1. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

3.2.4.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.2.4.3 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

3.2.4.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

3.2.4. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser pagas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão que as tenham aplicadas, ou ainda, quando for o caso,



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

cobradas judicialmente.

3.2.5. Caso o pagamento da Nota Fiscal não seja efetuado no prazo previsto serão devidos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, com variação *pro rata die* ocorrida entre a data fixada para o pagamento e sua efetiva realização.

3.2.6. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

3.2.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

3.2.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

CLÁUSULA QUARTA - DO CONTRATO E DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

4.1. A CONTRATAÇÃO será de caráter imediato tem o prazo de 05 (cinco) dias após assinatura do contrato para dar início à execução dos serviços, a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço - OS, expedida pelo Município, contendo o prazo para execução dos serviços, assim como também descrito no TR Clausula 8.

4.2. O descumprimento dos prazos para início e execução dos serviços, importará na responsabilidade da CONTRATADA por todos os danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, em razão do descumprimento das obrigações em questão.

4.3. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

4.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

4.5. Eventuais alterações no contrato devem ser realizadas através de termo aditivo nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021 e serão regulados pelas mesmas condições do contrato resultante da licitação, aplicando-se aos preços base, um redutor, no mesmo percentual encontrado entre o valor global da proposta vencedora e o preço base incluso neste termo.

4.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato., na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. Aplica-se ao contrato, ainda, o disposto no art. 111 da Lei nº 14.133/21.

4.7. A diferença entre o prazo de obra e contrato deve-se aos trâmites dos órgãos envolvidos para autorização de início bem como eventuais atrasos na emissão da OS bem como para prestação de contas por parte da Contratante e da emissão do Termo de Recebimento por parte do Município.

4.8. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO E GARANTIA CONTRATUAL

4.9. 1. O contratado deverá optar por uma das modalidades de garantia do § 1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.9.1.1. Quando o contratado optar pela modalidade de seguro garantia prevista no inciso II do § 1º do Art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos termos do § 3º do mesmo artigo, o prazo para a prestação da garantia será de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

assinatura do contrato.

4.9.1.2. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.9.2. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.9.3. O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas pela Lei Federal nº 14.133/2023:

4.9.3.1. o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

4.9.3.2. o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

4.9.4. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

4.9.5 Será exigida a prestação de garantia para garantir a execução das obras, objeto do contrato, que será celebrado com a empresa contratada, vencedora desta Concorrência Eletrônica, conforme disposto no artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/21.

4.9.6 Caberá à empresa contratada optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II. Seguro-garantia;

III. Fiança bancária.

4.9.7- A garantia a que se refere o item 24 será de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições daquele, previstas neste edital e em seus anexos.

4.9.8 A garantia será prestada pela contratada em até 05 (cinco) dias úteis antes da data prevista para a assinatura do contrato e lhe será liberada ou restituída 30 (trinta) dias após o término de vigência do contrato e o recebimento definitivo das obras pelo município, a contar do requerimento do interessado, instruído com o termo de recebimento definitivo da obra, dirigido à Secretaria de Municipal de Obras. A liberação se dará mediante autorização da Secretaria Municipal de Dores de Guanhanes, após parecer favorável da Assessoria Jurídica.

4.9.9 A devolução da garantia não exime a contratada de suas responsabilidades legais e contratuais.

4.9.10 A falta de prestação de garantia, no prazo aqui definido, importará na desclassificação da contratada



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

CLÁUSULA QUINTA – DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO DO CONTRATO

5.1. O valor do contrato poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento formal da Contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data base do orçamento referencial, pela variação do índice INCC ou outro que vier a substituí-lo. Os montantes dos pagamentos serão reajustados, anualmente, na forma da lei, com a aplicação da seguinte fórmula de reajuste:

Onde:

$$R = \frac{I_1 - I_0}{I_0}$$

R = Reajuste

I₁ = índice INCC do mês de aniversário anual da data base do orçamento

I₀ = índice INCC do mês da data base do orçamento referencial (março/2024)

5.2. O índice de reajustamento incidirá exclusivamente às etapas/parcelas do empreendimento cujo atraso não decorra de culpa da Contratada.

5.3. Para efeito de pagamento do reajuste, o índice incidirá somente nas medições de serviços realizadas após a data do ofício de solicitação da empresa, sendo vedado pagamento de reajuste de serviço executado em data anterior à data do ofício de solicitação

5.4. A ausência de manifestação expressa da Contratada de solicitação do reajuste poderá acarretar preclusão do direito da Contratada.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE INÍCIO E DO RECEBIMENTO

6.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 dias da comunicação formal de entrega pela Contratada, pelos fiscais técnico, administrativo, por representante da UG solicitante da obra mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento de todas as exigências (art. 140, I, a, da Lei nº 14.133).

6.1.1. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.2. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.1.3. O representante da Unidade Gestora solicitante realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de utilização pela Unidade Solicitante.

6.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

6.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

6.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

6.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo mínimo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, somente se não restar nenhuma pendência a ser sanada pela empresa.

6.6. Os Atestados de Execução de Obras somente poderão ser solicitados pela empresa após emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

6.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato

6.8. O prazo de garantia contratual dos serviços deverá obedecer aos prazos previstos na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e na Norma de Desempenho 15.575 (NBR 15575/2013), da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

6.9. - Da garantia do serviço

6.9.1 O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido no §6, Art. 140 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, (Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias), com base no Código Civil (art. 618).

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.4.1 Executar, dentro da melhor técnica, os serviços contratados, obedecendo rigorosamente às



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

normas da ABNT, especificações, projetos e instruções da fiscalização da PJF.

7.4.2. Executar, imediatamente, os reparos que se fizerem necessários nos serviços sob sua responsabilidade, apontados ou não pela fiscalização da Prefeitura.

7.4.3. Permitir e facilitar à fiscalização do Município a inspeção das obras ou serviços no horário normal de trabalho, prestando todas as informações solicitadas pela mesma.

7.4.4. Providenciar a colocação de placas na obra, conforme modelos fornecidos pela Prefeitura, em local indicado pela sua fiscalização.

7.4.5. Encaminhar ao Município, até 5 (cinco) dias após o recebimento de Ordem de Serviço, uma cópia da ART - Anotação da Responsabilidade Técnica da obra no CREA/MG ou CAU.

7.4.6. Informar à fiscalização a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a conclusão da obra, dentro do prazo previsto no cronograma, sugerindo as medidas para corrigir a situação.

7.4.7. Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pela qualidade, resistência e estabilidade dos serviços que executar, respondendo, inclusive, pela exatidão dos estudos, cálculos e projetos que a informam, sejam eles elaborados ou não pela PJF.

7.4.8. Estabelecer normas de segurança e tomar as providências que visem à total segurança dos operários e de terceiros no perímetro da obra.

7.4.9. Responsabilizar-se pelo pagamento de encargos fiscais, tributários, previdenciários e trabalhistas, resultantes da contratação da obra, bem como pelo registro do contrato da obra junto ao CREA/MG ou CAU.

7.4.10. Preencher, diariamente, o Diário de Obra que o Município manterá permanentemente disponível no local da mesma, de acordo com as instruções ali contidas.

7.4.11. Ser responsável pelo acompanhamento e controle tecnológico dos serviços, conforme previsto nas especificações técnicas particulares da obra, normas da Prefeitura e normas técnicas brasileiras, devendo ser emitidos relatórios fotográficos e técnicos mensais. Assinados pelo responsável técnico da obra, contendo todos os ensaios e controles tecnológicos executados no período e exigidos nas especificações de projeto.

7.4.12. O responsável técnico da Contratada deverá, quando solicitado pela fiscalização, emitir mensalmente documento de qualidade dos serviços executados, respondendo pela Contratante, durante o período estipulado pela legislação vigente.

7.4.13. Responsabilizar-se por todo o transporte dos materiais e entulhos, quer para o local da obra, quer para o local de destinação.

7.4.14. Programar, quando solicitado, visitas ao local da obra em conjunto com a fiscalização da Prefeitura.

7.4.15. Manter à frente dos trabalhos o responsável técnico designado para a obra com total poder para representá-la junto à fiscalização do Município.

7.4.16. Retirar ou substituir, qualquer funcionário que não estejam atendendo a contento a fiscalização do Município, que lançará a devida justificativa no diário de obra.

7.4.17. Concluída a obra, a Contratada terá que apresentar prova de quitação das contas de água,



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

luz e telefone, e da transferência das ligações para o Município.

7.4.18. Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pela guarda e vigilância do local da obra durante todo o período de execução da mesma.

7.4.19. Acatar toda orientação advinda do município com relação à obra.

7.4.20. Utilizar produtos e subprodutos de madeira de origem nativa ou plantada que tenham procedência legal.

7.4.21. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.4.22. Executar a obra dentro dos prazos estabelecidos pelo cronograma físico-financeiro.

7.5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

7.5.1. Responsabilizar-se pela coordenação, supervisão e fiscalização dos trabalhos de construção inerentes a este Contrato e, ainda, fornecer à Contratada os dados e elementos necessários à sua execução.

7.5.2. Credenciar junto à licitante Contratada, o representante especialmente designado pelo Secretário de Obras para acompanhar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços prestados, além de atestar as faturas apresentadas.

7.5.3. Emitir Ordem de Serviço, autorizando o início dos trabalhos.

7.5.4. Fazer cumprir o prazo contratual e notificar a empresa em caso de descumprimento do cronograma.

7.5.5. Promover abertura de diligência, em qualquer fase de execução da obra, para sanar questões que porventura possam surgir e impedir o andamento normal do ajuste.

7.5.6. Remeter advertências à Contratada, por escrito, quando os serviços não estiverem sendo prestados de forma satisfatória.

7.5.7. Avaliar as solicitações da Contratada quanto a repactuações contratuais no prazo máximo de 30 dias.

7.5.8. Verificar a situação de regularidade da Contratada durante a execução contratual.

7.5.9. Proporcionar todas as facilidades para que o Fornecedor possa cumprir suas obrigações, dentro das normas e condições deste processo;

7.5.10. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço a ser entregue em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pelo Fornecedor;

7.5.11. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições e preços pactuados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES/PENALIDADES

8.1. Em conformidade com o estabelecido nos Artigos 156 e 156 da Lei nº 14.133/2021, se a CONTRATADA descumprir as condições deste instrumento ficará sujeita às seguintes penalidades:

I. Pelo atraso ou descumprimento injustificado do cronograma de execução do objeto, multa de mora de até 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, a juízo da Administração;

II. Pela inexecução total ou parcial das condições do Contrato, a Administração poderá garantir a



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

prévia e ampla defesa, aplicar as seguintes sanções:

- a. Advertência;
- b. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, a juízo da Administração;
- c. impedimento de licitar e contratar com a Administração por prazo não superior a 03 (três) anos;
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

8.2. A multa eventualmente imposta à CONTRATADA será automaticamente descontada da fatura a que mesma fazer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

8.2.1. Caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber do CONTRATANTE, ser-lhe-á concedido o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados de sua NOTIFICAÇÃO, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, poderá a Administração proceder à cobrança judicial da multa.

8.3. As multas previstas nesta seção não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

8.4. A aplicação das multas independe de qualquer interpelação judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa, após instauração de Processo Administrativo respeitados os direitos à ampla defesa e ao contraditório.

8.5. As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis, ou processo administrativo.

8.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, e nos termos da lei, levará em consideração:

- a) a natureza e a gravidade da conduta do infrator,
- b) as peculiaridades do caso concreto,
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes,
- d) o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade, e,
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

8.10. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no órgão Oficial de Imprensa do Município.

CLÁUSULA NONA –DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

9.1. Nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei Federal nº 14.133/2021.

9.3. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

9.4. A obra deverá ser rigorosamente executada de acordo com as especificações e Normas Técnicas pertinentes. Toda e qualquer modificação com relação ao que está previsto somente poderá ser feita com justificativa técnica da CONTRATADA e após aprovação da FISCALIZAÇÃO e formalização contratual.

9.5. Os fiscais e gestores do contrato serão designados pelo Ordenador de Despesa.

9.6. O engenheiro responsável deverá emitir RT de Fiscalização

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS GARANTIAS

10.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de **10%** e condições descritas nas cláusulas do contrato.

10.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

10.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

11.1 O prazo de vigência da contratação é 12 meses (doze) após assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SUBCONTRATAÇÃO

12.1 – Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DISPOSIÇÕES GERAIS E DO FORO

13.1. É eleito o Foro da Comarca de Guanhanes/MG– MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e,



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

13.3. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus regulares efeitos;

Prefeitura de Dolores de Guanhanes/MG, de de 20.....

Contratante

Contratado

Testemunha 1

Testemunha 2

Ass.: _____

Ass.: _____

Nome: _____

Nome: _____



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO III

MEMORIAL DESCRITIVO

Finalização da Obra da Escola Municipal José Bueno Bruzzi – Segundo Endereço
Comunidade Vila Esperança – Dolores de Guanhanes/MG

1. OBJETO

O presente Memorial Descritivo tem por objeto descrever tecnicamente os serviços remanescentes de engenharia necessários à finalização da obra da Escola Municipal José Bueno Bruzzi – Segundo Endereço, localizada na Comunidade Vila Esperança, no município de Dolores de Guanhanes/MG, os quais deverão ser executados por empresa especializada, conforme projetos, especificações técnicas e normas vigentes.

2. SITUAÇÃO ATUAL DA OBRA

A edificação encontra-se parcialmente executada, em razão da paralisação e abandono do contrato anterior, restando pendentes serviços essenciais à conclusão da obra. A ausência desses serviços impede a utilização do imóvel como unidade escolar, sendo necessária a execução de etapas finais de instalações e acabamentos.

3. SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

3.1 Instalações Elétricas

- Execução e/ou complementação das instalações elétricas internas e externas;
- Instalação de quadros de distribuição, disjuntores, dispositivos de proteção, tomadas, interruptores e luminárias;
- Adequação do sistema elétrico às normas técnicas vigentes da ABNT;
- Testes de funcionamento e segurança do sistema.

3.2 Instalações Hidrossanitárias

- Execução e/ou complementação das redes de abastecimento de água;
- Execução e/ou complementação das redes de esgotamento sanitário;
- Instalação de louças sanitárias, metais, registros, válvulas e acessórios;
- Realização de testes de estanqueidade e funcionamento dos sistemas.

3.3 Portas e Esquadrias

- Fornecimento e instalação de portas internas e externas;
- Instalação de batentes, dobradiças, fechaduras e demais ferragens;
- Ajustes necessários para garantir segurança, funcionalidade e acessibilidade.

3.4 Serviços de Acabamento

- Correção e regularização de superfícies de paredes e tetos;
- Execução de pintura interna e externa, com materiais adequados ao uso e às condições ambientais;
- Conclusão de acabamentos finais indispensáveis à habitabilidade e durabilidade da edificação.

4. MATERIAIS E PADRÃO DE QUALIDADE

- Todos os materiais a serem utilizados deverão ser novos, de primeira qualidade, atendendo às especificações dos projetos e às normas técnicas aplicáveis;
- Os serviços deverão seguir as boas práticas da engenharia, garantindo qualidade, segurança e durabilidade;
- Não será permitida a utilização de materiais em desacordo com as especificações técnicas, salvo autorização expressa da fiscalização.



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

5. NORMAS TÉCNICAS E LEGISLAÇÃO

A execução dos serviços deverá atender, no mínimo:

- Às normas da ABNT aplicáveis à construção civil;
- Às normas de segurança do trabalho, conforme as Normas Regulamentadoras (NRs);
- À legislação federal, estadual e municipal vigente;
- À Lei nº 14.133/2021, no que couber.

6. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A empresa contratada deverá manter responsável técnico legalmente habilitado, com registro ativo no CREA ou CAU, providenciando a emissão da respectiva ART ou RRT para os serviços executados.

7. FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

- A execução da obra será acompanhada por fiscalização designada pelo Município;
- Eventuais inconformidades deverão ser corrigidas pela contratada sem ônus adicional;
- Os serviços somente serão considerados concluídos após verificação do pleno atendimento ao objeto.

8. CONDIÇÕES DE ENTREGA

A obra deverá ser entregue totalmente concluída, limpa, com todos os sistemas instalados e em perfeito funcionamento, apta para uso imediato como unidade escolar, atendendo às condições de segurança, salubridade e acessibilidade.



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DA OBRA

(Este modelo deverá ser transcrito na forma e na íntegra, em papel impresso da empresa)

Declaro, para fins de participação na licitação **Concorrência nº/20.....**, que a empresa

....., CNPJ nº, situada no endereço

....., telefones, e-mail

....., por intermédio da pessoa legalmente credenciada, Sr.(a)

....., CPF nº, tomou pleno conhecimento dos locais das obras e serviços objeto da licitação, a fim de se constatar as condições de execução e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados.

.....
(local e data)

.....
Identificação do representante da empresa (por extenso e legível) Assinatura

CPF nº

RG nº

Cargo e/ou função



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DA VISITA TÉCNICA.

A empresa x.x.x.x.x.x.x.x.x. CNPJ x.x.x.x.x.x.x., DECLARA para os fins do Processo Licitatório n.º _____ modalidade Concorrência n.º _____ que por deliberação única e exclusiva da declarante, a mesma não participou da visita técnica disponível no referido processo licitatório, sendo de sua total responsabilidade e conhecimento as condições de realização dos serviços, não recaiando em nenhuma hipótese qualquer responsabilidade sobre o Município ou argumento futuro quanto à não visitação antecipada.

.....
(local e data)

.....
Identificação do representante da empresa (por extenso e legível) Assinatura
CPF n.º
RG n.º
Cargo e/ou função



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E PESSOAL TÉCNICO

(Este modelo deverá ser transcrito na forma e na íntegra, em papel impresso da empresa)

Declaramos para os devidos fins, que nos obrigamos a ter disponibilidade de instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados para realização do objeto da licitação da **Concorrência nº/20.....**

.....
(local e data)

Identificação da Sociedade
Empresária Assinatura
Nome do responsável (por extenso e legível) CPF nº
RG nº
Cargo e/ou função



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

(Este modelo deverá ser transcrito na forma e na íntegra, em papel impresso da empresa)

Em atendimento ao Edital de **Concorrência nº/20** , declaramos que o profissional detentor do(s)

Atestado(s) de Responsabilidade Técnica, Sr.
(CREA/CAU nº

.....), será o Responsável Técnico pela execução dos serviços objeto do contrato, caso esta sociedade empresária proponente seja a vencedora e comprovará seu vínculo empregatício mediante a apresentação de cópia(s) do(s) contrato(s) de trabalho do profissional, ou Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou cópia do Contrato Social da empresa em que consta o profissional integrante da sociedade, ou, ainda, por meio do(s) contrato(s) de prestação de serviços regido(s) no(s) cartório(s) competente(s) e/ou na(s) entidade(s) profissional(is) competente(s).

_____, _____ de _____ de 20.....

NOME DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA
NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

Autorizo a inclusão do meu nome como Responsável Técnico pela execução das obras e serviços objeto do, caso a sociedade empresária

.....sej
a
contratada pela Prefeitura de Dolores de Guanhanes/MG.

_____, _____ de _____ de 20.....

NOME / CREA / CAU/ ASSINATURA DO R.



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().
..... (data)
(representante legal) (Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO IX

PLANTA DA LOCALIZAÇÃO



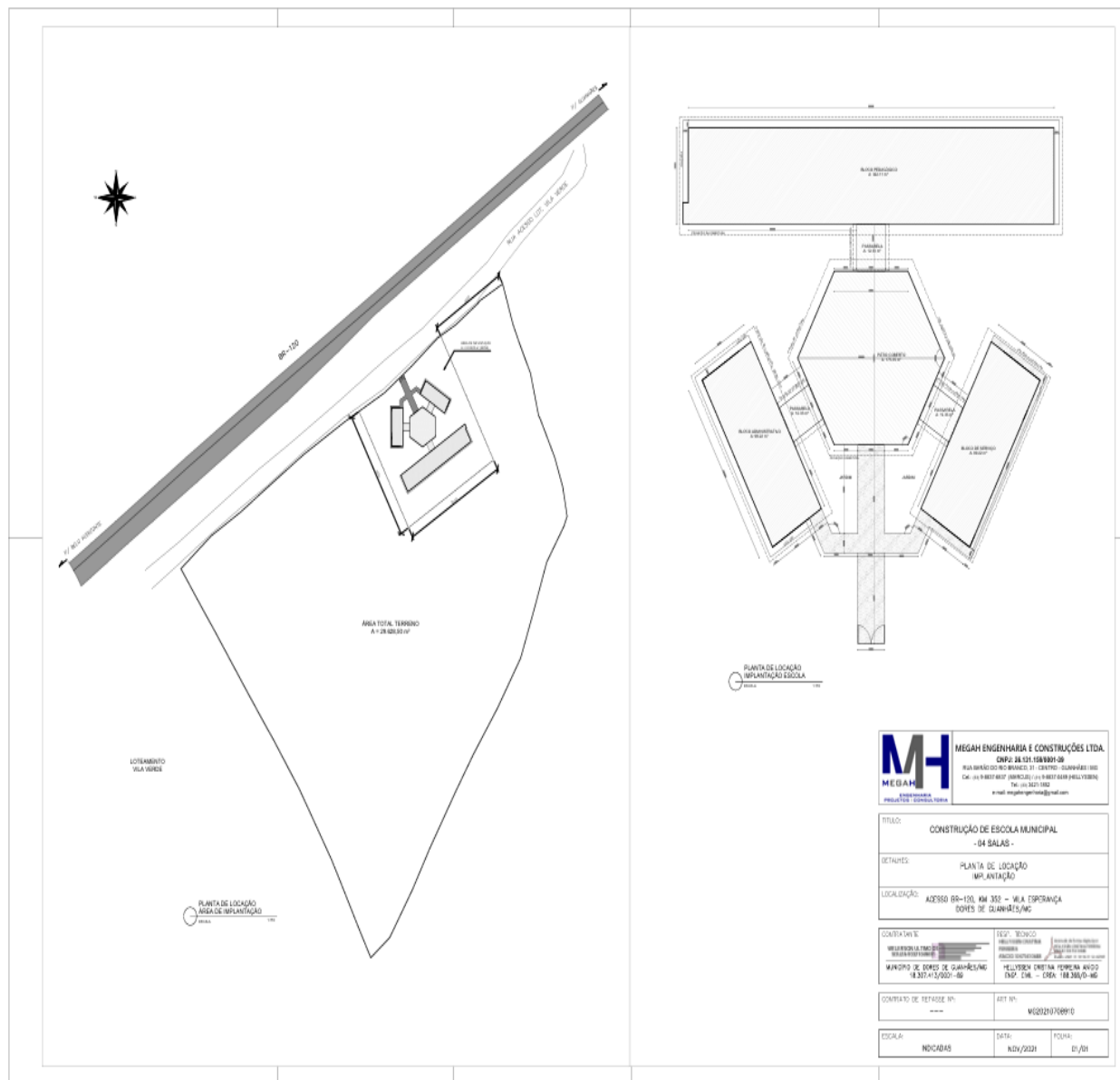
COORDENADAS GEOGRÁFICAS	
COORDENADA LONGITUDINAL	47° 57' 28" W
COORDENADA LATITUDINAL	15° 10' 28" S
COORDENADA ALTITUDE	1.000,00 metros



MH MEGAH	MEGAH ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. CNPJ: 26.131.188/0001-39 RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 11 - CENTRO - GUANHÃES - MG CEP: 36.001-000 FONE: (35) 3471.1002 E-MAIL: megahengenharia@gmail.com
TÍTULO: CONSTRUÇÃO DE ESCOLA MUNICIPAL - 04 SALAS -	
DETALHES: PLANTA DE LOCALIZAÇÃO	
LOCALIZAÇÃO: ACESSO BR-120, KM 352 - VIA ESPERANÇA DORES DE GUANHÃES/MG	
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES/MG 16.307.413/0001-89	PROJ. TÉCNICO: HELLEN CRISTINA FERRAZ ARAÚJO 0947 - CIVIL - ODEA 188.386/0-46
CONTRATO DE PREÇO MÍN.:	ART. Nº: ME202010708910
ESCALA: INDICADAS	DATA: NOV/2020
	FOLHA: 01/01



PROJETO DA IMPLANTAÇÃO E PLANTA DA IMPLANTAÇÃO





MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO XI RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Conveniente: Prefeitura Municipal de Dolores de Guanhanes

Convênio: CONVÊNIO Nº 1261000230/2022

Objeto: CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL JOSE BUENO BRUZZI – SEGUNDO
ENDEREÇO – DISTRITO VILA ESPERANÇA - DE DORES DE GUANHÃES

Etapa: (2)

- 01 – antes da realização da obra/outro
- 02 – durante a realização da obra/outros
- 03 – após a realização da obra/outros



Informação sobre a fotografia apresentada:

- 01) - Localização: Br 120 – km 352 – Vila Esperança – Dolores de Guanhanes - MG
- 02) - Data que foi tirada a fotografia: 20/01/2026
- 03) - Observações: Janelas

21/01/2026
Data

WANDERSON DAS DORES DE SOUZA
Secretário de Obras



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Conveniente: Prefeitura Municipal de Dolores de Guanhanes

Convênio: CONVÊNIO Nº 1261000230/2022

Objeto: CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL JOSE BUENO BRUZZI – SEGUNDO ENDEREÇO – DISTRITO VILA ESPERANÇA - DE DORES DE GUANHÃES

Etapas: (2)

- 01 – antes da realização da obra/outro
- 02 – durante a realização da obra/outros
- 03 – após a realização da obra/outros



Informação sobre a fotografia apresentada:

- 01) - Localização: Br 120 – km 352 – Vila Esperança – Dolores de Guanhanes - MG
- 02) - Data que foi tirada a fotografia: 20/01/2026
- 03) - Observações: Janelas

21/01/2026

Data

WANDERSON DAS DORES DE SOUZA

Secretário de Obras



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

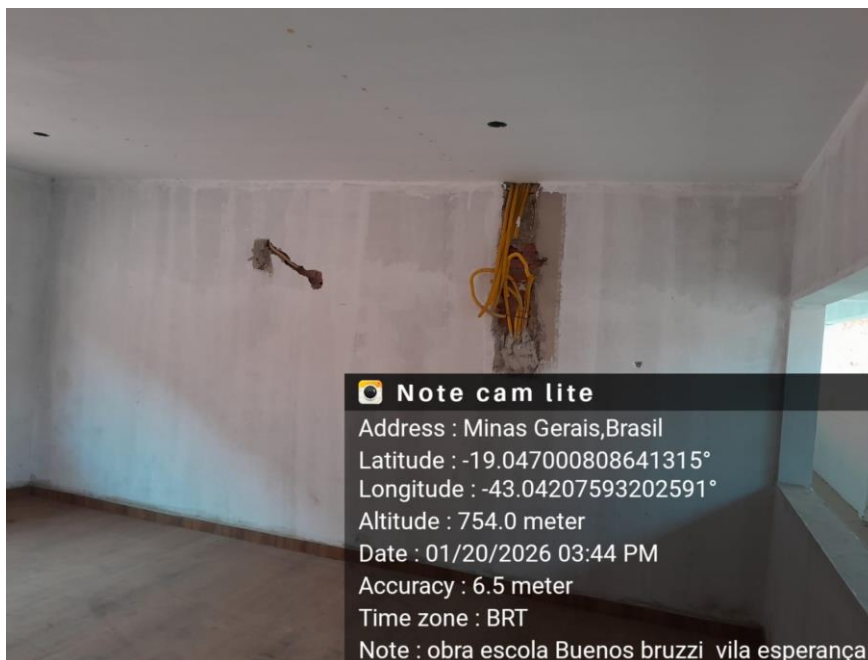
Conveniente: Prefeitura Municipal de Dolores de Guanhanes

Convênio: CONVÊNIO Nº 1261000230/2022

Objeto: CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL JOSE BUENO BRUZZI – SEGUNDO ENDEREÇO – DISTRITO VILA ESPERANÇA - DE DORES DE GUANHÃES

Etapas: (2)

- 01 – antes da realização da obra/outro
- 02 – durante a realização da obra/outros
- 03 – após a realização da obra/outros



Informação sobre a fotografia apresentada:

- 01) - Localização: Br 120 – km 352 – Vila Esperança – Dolores de Guanhanes - MG
- 02) - Data que foi tirada a fotografia: 20/01/2026
- 03) - Observações: Parte Elétrica

21/01/2026

Data

WANDERSON DAS DORES DE SOUZA

Secretário de Obras



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Conveniente: Prefeitura Municipal de Dolores de Guanhanes

Convênio: CONVÊNIO Nº 1261000230/2022

Objeto: CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL JOSE BUENO BRUZZI – SEGUNDO ENDEREÇO – DISTRITO VILA ESPERANÇA - DE DORES DE GUANHÃES

Etapas: (2)

- 01 – antes da realização da obra/outro
- 02 – durante a realização da obra/outros
- 03 – após a realização da obra/outros



Note cam lite
Address : Minas Gerais, Brasil
Latitude : -19.047032492235303°
Longitude : -43.04206327535212°
Altitude : 754.0 meter
Date : 01/20/2026 03:47 PM
Accuracy : 7.0 meter
Time zone : BRT
Note : obra escola Buenos bruzzi vila esperança

Informação sobre a fotografia apresentada:

- 01) - Localização: Br 120 – km 352 – Vila Esperança – Dolores de Guanhanes - MG
- 02) - Data que foi tirada a fotografia: 20/01/2026
- 03) - Observações: Parte Elétrica

21/01/2026
Data

WANDERSON DAS DORES DE SOUZA
Secretário de Obras



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Conveniente: Prefeitura Municipal de Dolores de Guanhanes

Convênio: CONVÊNIO Nº 1261000230/2022

Objeto: CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL JOSE BUENO BRUZZI – SEGUNDO ENDEREÇO – DISTRITO VILA ESPERANÇA - DE DORES DE GUANHÃES

Etapas: (2)

- 01 – antes da realização da obra/outro
- 02 – durante a realização da obra/outros
- 03 – após a realização da obra/outros



Informação sobre a fotografia apresentada:

- 01) - Localização: Br 120 – km 352 – Vila Esperança – Dolores de Guanhanes - MG
- 02) - Data que foi tirada a fotografia: 20/01/2026
- 03) - Observações: Parte Elétrica

21/01/2026
Data

WANDERSON DAS DORES DE SOUZA
Secretário de Obras



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Conveniente: Prefeitura Municipal de Dolores de Guanhanes

Convênio: CONVÊNIO Nº 1261000230/2022

Objeto: CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL JOSE BUENO BRUZZI – SEGUNDO ENDEREÇO – DISTRITO VILA ESPERANÇA - DE DORES DE GUANHÃES

Etapas: (2)

- 01 – antes da realização da obra/outro
- 02 – durante a realização da obra/outros
- 03 – após a realização da obra/outros



Informação sobre a fotografia apresentada:

- 01) - Localização: Br 120 – km 352 – Vila Esperança – Dolores de Guanhanes - MG
- 02) - Data que foi tirada a fotografia: 20/01/2026
- 03) - Observações: Portas e janelas

21/01/2026
Data

WANDERSON DAS DORES DE SOUZA
Secretário de Obras



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Conveniente: Prefeitura Municipal de Dolores de Guanhanes

Convênio: CONVÊNIO Nº 1261000230/2022

Objeto: CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL JOSE BUENO BRUZZI – SEGUNDO ENDEREÇO – DISTRITO VILA ESPERANÇA - DE DORES DE GUANHÃES

Etapas: (2)

- 01 – antes da realização da obra/outro
- 02 – durante a realização da obra/outros
- 03 – após a realização da obra/outros



Note cam lite
Address : Minas Gerais, Brasil
Latitude : -19.046988529153168°
Longitude : -43.04227290675044°
Altitude : 754.0 meter
Date : 01/20/2026 03:49 PM
Accuracy : 6.5 meter
Time zone : BRT
Note : obra escola Buenos bruzzi vila esperanza

Informação sobre a fotografia apresentada:

- 01) - Localização: Br 120 – km 352 – Vila Esperança – Dolores de Guanhanes - MG
- 02) - Data que foi tirada a fotografia: 20/01/2026
- 03) - Observações: Revestimento cerâmico

21/01/2026
Data

WANDERSON DAS DORES DE SOUZA
Secretário de Obras



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Conveniente: Prefeitura Municipal de Dolores de Guanhanes

Convênio: CONVÊNIO Nº 1261000230/2022

Objeto: CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL JOSE BUENO BRUZZI – SEGUNDO ENDEREÇO – DISTRITO VILA ESPERANÇA - DE DORES DE GUANHÃES

Etapas: (2)

- 01 – antes da realização da obra/outro
- 02 – durante a realização da obra/outros
- 03 – após a realização da obra/outros



Informação sobre a fotografia apresentada:

- 01) - Localização: Br 120 – km 352 – Vila Esperança – Dolores de Guanhanes - MG
- 02) - Data que foi tirada a fotografia: 20/01/2026
- 03) - Observações: Piso

21/01/2026

Data

WANDERSON DAS DORES DE SOUZA

Secretário de Obras



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Conveniente: Prefeitura Municipal de Dolores de Guanhanes

Convênio: CONVÊNIO Nº 1261000230/2022

Objeto: CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL JOSE BUENO BRUZZI – SEGUNDO ENDEREÇO – DISTRITO VILA ESPERANÇA - DE DORES DE GUANHÃES

Etapas: (2)

- 01 – antes da realização da obra/outro
- 02 – durante a realização da obra/outros
- 03 – após a realização da obra/outros



Informação sobre a fotografia apresentada:

- 01) - Localização: Br 120 – km 352 – Vila Esperança – Dolores de Guanhanes - MG
- 02) - Data que foi tirada a fotografia: 20/01/2026
- 03) - Observações: Acabamento

21/01/2026

Data

WANDERSON DAS DORES DE SOUZA

Secretário de Obras



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Conveniente: Prefeitura Municipal de Dolores de Guanhanes

Convênio: CONVÊNIO Nº 1261000230/2022

Objeto: CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL JOSE BUENO BRUZZI – SEGUNDO ENDEREÇO – DISTRITO VILA ESPERANÇA - DE DORES DE GUANHÃES

Etapas: (2)

- 01 – antes da realização da obra/outro
- 02 – durante a realização da obra/outros
- 03 – após a realização da obra/outros



Informação sobre a fotografia apresentada:

- 01) - Localização: Br 120 – km 352 – Vila Esperança – Dolores de Guanhanes - MG
- 02) - Data que foi tirada a fotografia: 20/01/2026
- 03) - Observações: rodapés

21/01/2026
Data

WANDERSON DAS DORES DE SOUZA
Secretário de Obras



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Conveniente: Prefeitura Municipal de Dolores de Guanhanes

Convênio: CONVÊNIO Nº 1261000230/2022

Objeto: CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL JOSE BUENO BRUZZI – SEGUNDO ENDEREÇO – DISTRITO VILA ESPERANÇA - DE DORES DE GUANHÃES

Etapas: (2)

- 01 – antes da realização da obra/outro
- 02 – durante a realização da obra/outros
- 03 – após a realização da obra/outros



Informação sobre a fotografia apresentada:

- 01) - Localização: Br 120 – km 352 – Vila Esperança – Dolores de Guanhanes - MG
- 02) - Data que foi tirada a fotografia: 20/01/2026
- 03) - Observações: Pintura

21/01/2026

Data

WANDERSON DAS DORES DE SOUZA

Secretário de Obras



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Conveniente: Prefeitura Municipal de Dolores de Guanhanes

Convênio: CONVÊNIO Nº 1261000230/2022

Objeto: CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL JOSE BUENO BRUZZI – SEGUNDO ENDEREÇO – DISTRITO VILA ESPERANÇA - DE DORES DE GUANHÃES

Etapas: (2)

- 01 – antes da realização da obra/outro
- 02 – durante a realização da obra/outros
- 03 – após a realização da obra/outros



Informação sobre a fotografia apresentada:

- 01) - Localização: Br 120 – km 352 – Vila Esperança – Dolores de Guanhanes - MG
- 02) - Data que foi tirada a fotografia: 20/01/2026
- 03) - Observações: Pintura

21/01/2026

Data

WANDERSON DAS DORES DE SOUZA

Secretário de Obras



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Conveniente: Prefeitura Municipal de Dolores de Guanhanes

Convênio: CONVÊNIO Nº 1261000230/2022

Objeto: CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL JOSE BUENO BRUZZI – SEGUNDO ENDEREÇO – DISTRITO VILA ESPERANÇA - DE DORES DE GUANHÃES

Etapas: (2)

- 01 – antes da realização da obra/outro
- 02 – durante a realização da obra/outros
- 03 – após a realização da obra/outros



Informação sobre a fotografia apresentada:

- 01) - Localização: Br 120 – km 352 – Vila Esperança – Dolores de Guanhanes - MG
- 02) - Data que foi tirada a fotografia: 20/01/2026
- 03) - Observações: Limpesa

21/01/2026
Data

WANDERSON DAS DORES DE SOUZA
Secretário de Obras



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

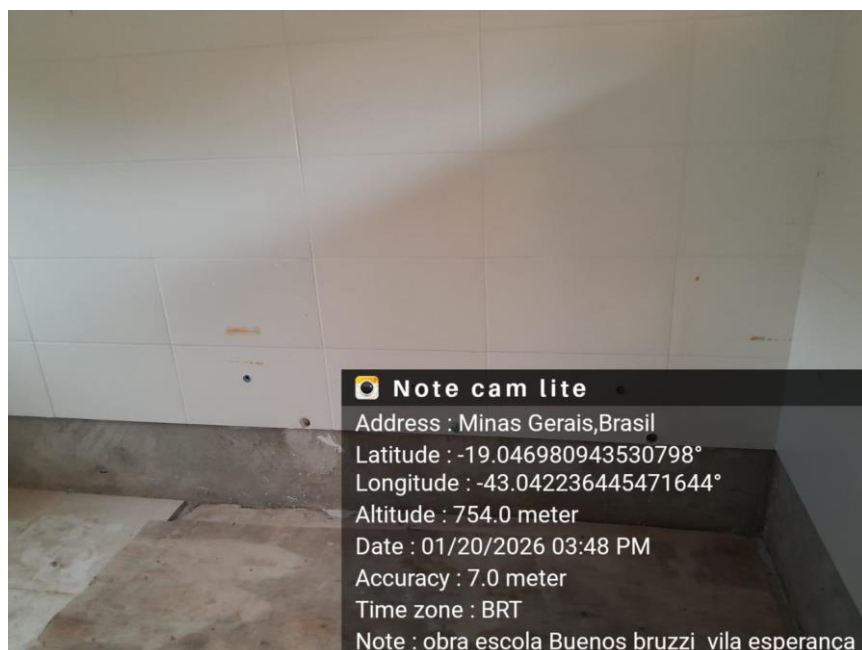
Conveniente: Prefeitura Municipal de Dores de Guanhanes

Convênio: CONVÊNIO Nº 1261000230/2022

Objeto: CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL JOSE BUENO BRUZZI – SEGUNDO ENDEREÇO – DISTRITO VILA ESPERANÇA - DE DORES DE GUANHÃES

Etapas: (2)

- 01 – antes da realização da obra/outro
- 02 – durante a realização da obra/outros
- 03 – após a realização da obra/outros



Informação sobre a fotografia apresentada:

- 01) - Localização: Br 120 – km 352 – Vila Esperança – Dores de Guanhanes - MG
- 02) - Data que foi tirada a fotografia: 20/01/2026
- 03) - Observações: Limpesa

21/01/2026

Data

WANDERSON DAS DORES DE SOUZA

Secretário de Obras



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Conveniente: Prefeitura Municipal de Dolores de Guanhanes

Convênio: CONVÊNIO Nº 1261000230/2022

Objeto: CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL JOSE BUENO BRUZZI – SEGUNDO ENDEREÇO – DISTRITO VILA ESPERANÇA - DE DORES DE GUANHÃES

Etapas: (2)

- 01 – antes da realização da obra/outro
- 02 – durante a realização da obra/outros
- 03 – após a realização da obra/outros



Informação sobre a fotografia apresentada:

- 01) - Localização: Br 120 – km 352 – Vila Esperança – Dolores de Guanhanes - MG
- 02) - Data que foi tirada a fotografia: 20/01/2026
- 03) - Observações: Estrutura já feita

21/01/2026
Data

WANDERSON DAS DORES DE SOUZA
Secretário de Obras